



UNIFACS
UNIVERSIDADE SALVADOR
LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES*

MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

DÉBORA THAÍS DE MOURA COSTA

**EXPORTAÇÕES BAIANAS NO SÉCULO XIX E XX: UM ESTUDO DAS
CONSEQUÊNCIAS ECONÔMICAS**

Salvador
2016

DÉBORA THAÍS DE MOURA COSTA

**EXPORTAÇÕES BAIANAS NO SÉCULO XIX E XX: UM ESTUDO DAS
CONSEQUÊNCIAS ECONÔMICAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU), Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano da UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre.

Orientador Prof. Dr. Noélio Dantaslé Spinola.

Salvador
2016

FICHA CATALOGRÁFICA
(Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNIFACS Universidade Salvador,
Laureate International Universities).

Costa, Débora Thaís de Moura

Exportações baianas no Século XIX e XX: um estudo das consequências econômicas. / Débora Thaís de Moura Costa. – Salvador: UNIFACS, 2016.

97 f. : il.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU), Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano da UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof^o Dr^o Noelio Dantaslé Spinola.

1. Comércio Exterior – Bahia. 2. Economia Baiana. I. Spinola, Noelio Dantaslé, orient. II. Título.

CDD: 382.098142

DÉBORA THAÍS DE MOURA COSTA

EXPORTAÇÕES BAIANAS NO SÉCULO XIX E XX: UM ESTUDO DAS
CONSEQUÊNCIAS ECONÔMICAS

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbana, UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities, pela seguinte banca examinadora:

Noélio Dantaslé Spinola – Orientador _____
Doutor em Análise Geográfica Regional pela Universitat de Barcelona, Espanha
UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities

Laumar Neves de Souza _____
Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia - UFBA
Universidade Salvador UNIFACS, Laureate International Universities

Aliger dos Santos Pereira _____
Doutora em Desenvolvimento Regional e Urbano pela Universidade Salvador
Universidade do Estado da Bahia – UNEB

Salvador ____ de _____ de 2016.

A minha família.

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades.

Ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da UNIFACS, o seu corpo docente, coordenação e administração, por fornecer as bases, instrumentos e capacitação para a realização deste trabalho.

Ao Prof. Dr. Noelio Dantaslé Spinola, ao qual tenho imensa estima, admiração, e gratidão. O mesmo me incentivou e motivou durante todo o trajeto de construção desta dissertação, se tornando muito mais que um orientador um amigo. Agradeço também pela sua extrema paciência com essa aluna teimosa.

A minha família, pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da construção deste trabalho.

"Nossa recompensa se encontra no esforço e não no resultado. Um esforço total é uma vitória completa."

MAHATMA GANDHI

RESUMO

O sentido dessa pesquisa consiste em analisar como as exportações de produtos primários da Bahia nos séculos XIX e XX, puderam contribuir para o desenvolvimento do estado. Se faz *mister* avaliar como as exportações de produtos primários contribuíram para o desenvolvimento do estado da Bahia? Esta análise será realizada sob a visão do comércio internacional de Ricardo (tradicional), o protecionismo de List, as teorias de crescimento e desenvolvimento de países periféricos de Prebisch e os novos condicionantes regionais de Krugman (contemporâneo). Tem-se como objetivo geral analisar a Bahia em sua vocação comercial expressa pela exportação de produtos primários da sua base econômica, que interferem de forma significativa para o desenvolvimento do Estado. A ideia deste tema se configurou a medida que a pesquisadora se identificou com a falta de um complexo industrial forte na Bahia entre os séculos XIX e XX, uma vez que os estados do Sudeste já haviam se desenvolvido nesse sentido da indústria. Portanto, foi utilizada a metodologia histórica, bibliográfica, com estudos realizados em diversos autores e documentos históricos que evidenciam as “evoluções” do comércio internacional, como também, a descrição dos fatos em relação a esta pesquisa. Dessa forma houve a possibilidade de realizar um relato dos fatos considerando os aspectos de natureza qualitativa a fim de relatar os acontecimentos ao longo dos dois séculos (XIX e XX). O trabalho conclui que enquanto a base exportadora não for capaz de dinamizar as atividades da região, ela não se constituirá como um motor do crescimento regional. Isso principalmente quando a base de exportação ainda for a agroexportadora, uma vez que, a mesma não é capaz de acumular o capital necessário para gerar o desenvolvimento esperado.

Palavras chave: Comércio Exterior. Economia Baiana. Subdesenvolvimento.

ABSTRACT

The purpose of this research is to analyze how exports of primary products from Bahia in the 19th and 20th century could contribute to the development of the state. Is it necessary to evaluate how exports of primary products contributed to the development of the state of Bahia? This analysis will be carried out under the view of Ricardo's (traditional) international trade, List's protectionism, Prebisch's peripheral growth and development theories, and the new Krugman (contemporary) regional constraints. It has as main objective to analyze the commercial vocation of Bahia, expressed by the export of primary products of their economic base, which interfere significantly to the development of the state. The idea of this theme was configured as the researcher identified with the lack of a strong industrial complex in Bahia between the nineteenth and twentieth centuries, since the states of the Sudeste had already developed in that direction of industry. Therefore, the historical and bibliographic methodology was used, with studies carried out in several authors and historical documents that show the "evolutions" of the international trade, as well as the description of the facts in relation to this research. In this way, it was possible to carry out an account of the facts considering aspects of a qualitative nature in order to report the events during the two centuries (XIX and XX). The study concludes that as long as the export base is not capable of boosting the region's activities, it will not become a driver of regional growth. This is especially true when the export base is still the agroexportadora, since it is not able to accumulate the necessary capital to generate the expected development.

Keywords: Foreign Trade. Economy Bahia. Underdevelopment Exports.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Principais autores da pesquisa bibliográfica e sua contribuição para a dissertação	17
Quadro 2 – Modelo de Ricardo para as vantagens comparativas.....	22
Quadro 3 - A Matriz das Razões de Trocas Autárquicas – RTA	24
Quadro 4 - Principais Produtos de Exportação da Bahia (1897-1923).....	85
Quadro 5 - Principais destinos das exportações baianas (1897-1923)	85

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Síntese da metodologia da pesquisa associada aos capítulos da dissertação	18
Figura 2 -Equacionando as Razões de Troca Autárquicas - RTA.....	23
Figura 3 - Mapa do Recôncavo baiano	45
Figura 4 - Semiárido baiano – área afetada pela seca.....	69

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Exportações baianas dos principais produtos agrícolas – 1851-1878.....	51
Tabela 2 – Distribuição geográfica estimada da indústria têxtil brasileira (em 1866, 1875 e 1885)	53
Tabela 3 – Balança de mercadorias do Estado da Bahia – 1839-1899.....	54
Tabela 4 - Brasil, região Nordeste - Cronologia das secas (1553 - 1998).....	69
Tabela 5 - Balança Comercial da Bahia (comércio exterior) – 1901-1930	72
Tabela 6 – Balança Comercial baiana (comércio exterior) – (1932-1936)	73
Tabela 7 – Balanço importações gerais X exportações gerais do Estado da Bahia – (1932-1936).....	74
Tabela 8 – Principais Mercadorias da Exportação Brasil (1821-1950).....	82
Tabela 9 – Brasil, exportação (%) por produto (1945-2007)	84
Tabela 10 - Taxa de crescimento das principais atividades econômicas Bahia, Nordeste e Brasil: 1988.....	87
Tabela 11 – Comércio Exterior Bahia, 1998 – 2000 (US\$ milhões)	91

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BANDEB	Agência de Fomento do Estado da Bahia
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BP	Balanço de Pagamentos
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CIA	Centro Industrial de Aratu
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
CPE	Comissão de Planejamento do Estado
D	Depreciação
DA	Demanda Agregada
EIDE	Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial
FBKf	Formação Bruta de Capital fixo
FUNDAGRO	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Rural Sustentável do Estado de Santa Catarina
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de desenvolvimento humano
IEDI	Instituto de Estudos Para o Desenvolvimento Industrial
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
M	Importação
OA	Oferta Agregada
PIB	Produto Interno Bruto
PILcf	Produto Interno Líquido a custos de fatores
PNB	Produto Nacional Bruto
PLANDEB	Plano de Desenvolvimento do Estado da Bahia
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
RLAM	Refinaria Landulfo Alves
RMS	Região Metropolitana de Salvador
RTA	Razões de Trocas Autárquicas
SEI	Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos
SUDEC	Superintendência de proteção e Defesa Civil
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
X	Exportação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
2 ELEMENTOS CONCEITUAIS PARA A COMPREENSÃO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL	20
2.1 A FORMULAÇÃO ORIGINAL DE DAVID RICARDO	22
2.2 TEORIA DO COMÉRCIO ESTRATÉGICO: O PROTECIONISMO “EDUCADOR” DE LIST E A VISÃO DE RAÚL PREBISH	27
2.3 ECONOMIAS DE ESCALA, CONCORRÊNCIA PERFEITA E NOVOS MODELOS DE COMÉRCIO.....	31
2.3.1 Demanda	32
2.3.2 Teoria da Localização de Krugman	33
3 TRAÇOS DA DINÂMICA DA ECONOMIA BRASILEIRA E BAIANA NO SÉCULO XIX	38
3.1 FORMAÇÃO E CARACTERÍSTICAS DA ECONOMIA BAIANA	41
3.1.1 A sociedade baiana	41
3.1.2 O Recôncavo baiano	44
3.2 A PAUTA DE EXPORTAÇÃO	47
3.3SALDOS DO PRODUTO DO SÉC. XIX	53
4 A PASSAGEM DE UMA ECONOMIA AGRÁRIA EXPORTADORA PARA UMA ECONOMIA INDUSTRIAL - BRASIL - BAHIA	57
4.1 DO PLANEJAMENTO A INDUSTRIALIZAÇÃO DA BAHIA.....	60
4.1.1 O “Enigma Baiano”	61
4.1.2 A experiência de planejamento	63
4.1.3 Seca	66
4.1.4 A Região Metropolitana de Salvador	70
4.2 SALDOS DO PRODUTO DO SÉCULO XX	71
5 O BALANÇO DE DOIS SÉCULOS DA ATIVIDADE EXPORTADORA DA BAHIA	78
5.1 O PRODUTO DA BAHIA	82
CONCLUSÃO	88
REFERÊNCIAS	92

INTRODUÇÃO

Existe um questionamento em relação às trocas internacionais, muito interessante a respeito do êxito de algumas nações em relação à competição internacional. Uma vez que a competitividade, ou melhor, os rendimentos crescentes que ela proporciona, se tornou uma das aspirações centrais do governo e da indústria de todos os países.

De acordo com Porter (1993), a resposta ao questionamento está vinculada ao interesse central dos países em competir em mercados internacionais cada vez maiores, para poder usufruir das benesses do intercâmbio. Como os países são diferentes em relação aos seus recursos e quanto às tecnologias, leva a crer que estes devem ser especialistas nas coisas que fazem relativamente bem. Tornando vantajoso para o país especializar-se na produção de uma variedade limitada de bens e serviços.

A influência dos países precursores do desenvolvimento como a Inglaterra, a França, os Estados Unidos, interferem na busca da vantagem competitiva em determinados campos, neste caso o da indústria pesada, que é de importância central para gerar o nível e índice de crescimento de produtividade (PORTER, 1993, p.2).

Com a pretensão de averiguar como se deu a inserção da Bahia nesse contexto de especialização de produção e vantagem competitiva no comércio internacional, o tema dessa dissertação é analisar como as exportações baianas de produtos primários do século XIX e XX, contribuíram para o desenvolvimento do Estado.

Diante da temática fez-se a seguinte pergunta: Como as exportações de produtos primários contribuíram para o desenvolvimento do estado da Bahia nos séculos XIX e XX? Com a pretensão de averiguar a vantagem competitiva baiana no comércio internacional vai ser utilizada a teoria de David Ricardo (tradicional), sob o olhar de uma economia ainda não desenvolvida e com uma indústria nascente, o protecionismo de Friedrich List, para tratar do crescimento e desenvolvimento de países periféricos vai ser utilizada a teoria de Raul Prebisch e em relação aos novos condicionantes regionais a visão de Krugman (contemporâneo), para o comércio internacional.

Tem-se como objetivo geral analisar a Bahia em sua vocação comercial expressa pela exportação de produtos primários da sua base econômica, que interferiram de forma significativa para o desenvolvimento do Estado. Já os objetivos específicos são:

- a) Explicar como as exportações baianas se configuram na questão do comércio internacional nas vantagens comparativas a partir da visão clássica de (Ricardo), como esta economia vai se inserir no contexto da industrialização a partir de sua base periférica (Prebisch), e saber se esta economia se inseriu no modo contemporâneo de comércio de Krugman.
- b) Examinar se houve mudanças na estrutura das exportações do século XIX para o século XX, diante do processo de industrialização.
- c) Descrever a relação entre a Balança Comercial do Estado da Bahia e o crescimento econômico.

A ideia deste tema se configurou à medida que a pesquisadora identificou a falta de um complexo industrial forte na Bahia entre os séculos XIX e XX. Sendo que os estados do Sudeste brasileiro já haviam se desenvolvido no sentido desse tipo industrialização. Tavares (1996) apresenta essa questão da falta de industrialização na Bahia e configura essa diferenciação industrial entre os estados no Brasil. Também se constatou que é um tema de natureza exploratória, uma vez que trabalha a questão da balança comercial nos séculos XIX e XX, como fator propulsor para o desenvolvimento da Bahia. Os autores Alban (2005); Almeida (2009); Baer (1996); Carvalho (1988); Krugman (1998); Lacerta et.al. (2010); Mattoso (1992); Mauro (1976); Pesotti (2006); Sodré (1963); Spinola (2003) e (2009); Strassburg, Eberhardt e Souza (2013); Tavares (1982); dentre outros tratam, a questão do desenvolvimento do Brasil, bem como da Bahia, sob o aspecto histórico.

A escolha desta temática se deve ao fato de que, nestes dois séculos em questão (XIX e XX), ocorreram mudanças significativas na estrutura econômica mundial, tanto no que diz respeito à produção, tecnologias, divisão social do trabalho, quanto outros fatores ligados ao liberalismo econômico

(Ricardo) que de forma significativa modificaram o cenário do comércio internacional.

Este trabalho pode vir a servir para pesquisadores e acadêmicos, que queiram adquirir conhecimentos básicos a respeito do Comércio Exterior, Economia Baiana, Subdesenvolvimento e Exportações.

Para a realização deste trabalho foi utilizada a abordagem dedutiva qualitativa, tendo como forma de abordagem o uso da pesquisa exploratória que abordou o período de dois séculos XIX e XX. Essa pesquisa exploratória utilizou do método de procedimento bibliográfico com a finalidade de abordar os pontos principais que norteiam este estudo.

O Quadro 1 mostra de forma sintética os principais autores utilizados no método de pesquisa bibliográfico e as suas devidas contribuições.

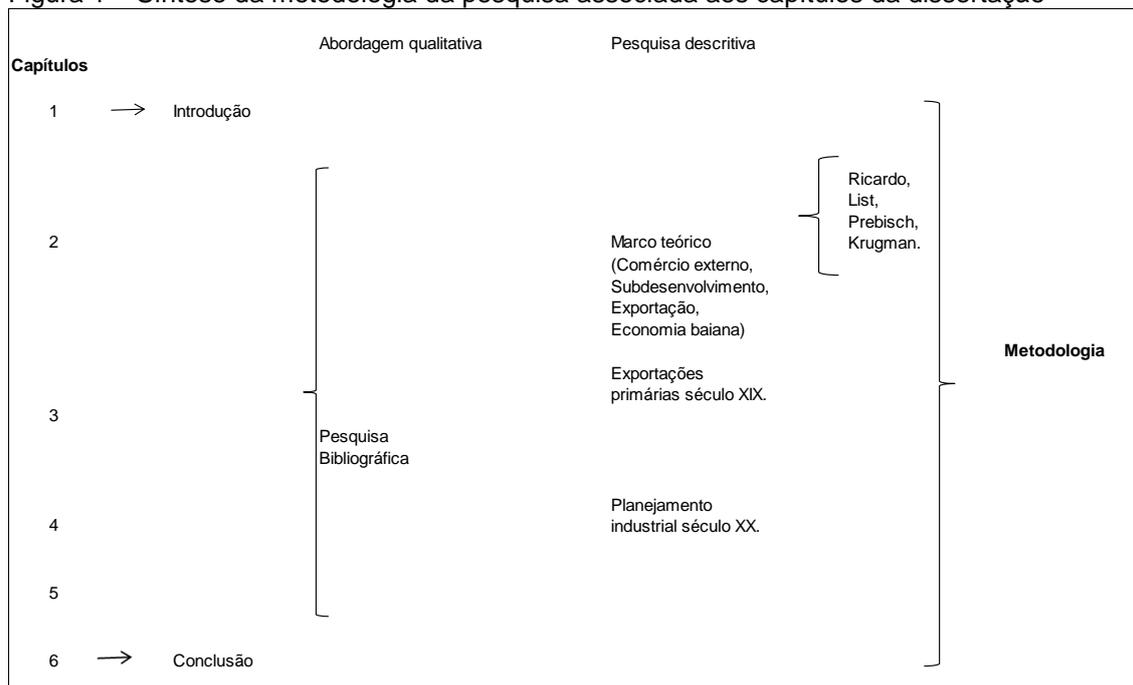
Quadro 1 – Principais autores da pesquisa bibliográfica e sua contribuição para a dissertação

PALAVRAS CHAVE	AUTORES	CONTRIBUIÇÃO
Comércio Exterior	David Ricardo, Krugman	Vantagens comparativas no comércio internacional/ Economias de escala e concorrência imperfeita no comércio internacional.
Economia Baiana	Mattoso, Spinola	Definição, características e configuração histórica da Economia Baiana.
Subdesenvolvimento	List, Prebisch	Protecionismo a indústria nascente/ Industrialização em países em desenvolvimento.
Exportações	Strassburg, Eberhardt e Souza, Pesotti	Análise do produto, Crescimento e Desenvolvimento nas economias em desenvolvimento.

Fonte: Elaboração própria (2016).

A Figura 1 faz uma síntese da metodologia da pesquisa associada aos capítulos da dissertação.

Figura 1 – Síntese da metodologia da pesquisa associada aos capítulos da dissertação



Fonte: Elaboração própria (2016).

Essa pesquisa foi realizada no método de procedimento histórico bibliográfico. Tendo como natureza a pesquisa descritiva, uma vez que procurou-se obter contato com os autores que abordaram comércio exterior, o subdesenvolvimento, a Bahia e a sua economia, e o que compete as exportações na balança comercial. Para um melhor entendimento sobre estes temas abordados através dos seguintes instrumentos: livros, documentos, artigos e outros. Quanto ao tipo de pesquisa a mesma será qualitativa, focando na subjetividade do objeto analisado (exportações baianas séculos XIX e XX), sem deixar a margem suas peculiaridades, compreendendo o comportamento do mesmo.

Ao longo da construção da pesquisa vai ser percorrido a respeito do comércio das exportações da Bahia nos séculos XIX e XX, por tabelas, quadros e figuras com a finalidade de melhor ilustrar as informações.

Em relação aos procedimentos, foi utilizada a pesquisa bibliográfica e documental, bibliográfica uma vez que será feito o levantamento de dados, com a finalidade de serem analisados, e não é possível analisar fatos históricos sem consulta a, livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos, etc. E documental, pois foram utilizados os dados publicados por

instituições e ou institutos de pesquisa como, por exemplo: o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sempre com a finalidade de melhor elucidar os fatos apresentados.

Assim, este trabalho está dividido em quatro capítulos, mais introdução e conclusão. O primeiro capítulo traz os teóricos que abordam a questão do comércio internacional e os seus benefícios, partindo da teoria do comércio exterior de Ricardo, tratando da questão de países subdesenvolvidos e a industrialização com o protecionismo List e as teorias de desenvolvimento de Prebisch e por fim os novos condicionantes do comércio tratados por Krugman.

No segundo capítulo, é apresentada a economia da Bahia no século XIX, os produtos exportados, os dados da balança comercial do estado em números e sua expressão frente à produção nacional, foi feita leitura desses dados partindo dos saldos do começo século XIX e confrontando com os dados do final do século XIX.

O terceiro capítulo mostra as tentativas realizadas pelo governo para desenvolvimento do estado baiano durante o século XX, tratando tanto da mudança da pauta das exportações, quanto do destino destas exportações.

Já no quarto capítulo, é feita uma análise dos resultados obtidos nestes dois séculos (XIX e XX), avaliando a existência (ou não), de alguma modificação para a estrutura da renda, assim como para o desenvolvimento da Bahia. Observando o que foi gerado pelas exportações com o desencadeado da estruturação industrial, e averiguando se houve ocorrência de alteração no cenário da economia baiana mediante as benesses do comércio externo.

2 ELEMENTOS CONCEITUAIS PARA A COMPREENSÃO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

Para tratar das relações do comércio exterior tanto do Brasil quanto da Bahia no século XIX e XX, é preciso que se recorra a quatro pontos de vista que expliquem, ou que forneçam subsídios para melhor entendimento de como se dá a expansão ou a contração do comércio dessas regiões no que diz respeito às exportações. Sendo assim, entende-se aqui que é necessário tratar de pelo menos 4 (quatro) perspectivas teóricas a fim de melhor elucidar a questão do comércio internacional.

Essas perspectivas teóricas são importantes, pois, avaliam a questão do comércio internacional em momentos distintos, que vão da sua formulação, passando pelo seu aprimoramento, vendo como funciona nas economias desenvolvidas e nas economias ainda não desenvolvidas.

A primeira delas é a perspectiva do economista inglês David Ricardo, na teorização do comércio exterior a partir da formulação do princípio dos custos comparados. A segunda teoria é a de Friedrich List, economista partidário do protecionismo. A terceira teoria é importante para avaliar essa atividade das exportações baianas sob a perspectiva dos economistas estruturalistas da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), em especial o economista argentino Raul Prebisch, no que diz respeito ao desenvolvimento e crescimento econômicos em países periféricos. Por fim, a quarta teoria que também merece destaque, a formulação proposta pelo economista norte-americano Paul Krugman, a nova teoria do comércio, que sinaliza elementos importantes para entender o padrão atual das exportações baianas.

Em virtude de essa pesquisa partir de uma categoria peculiar que é o comércio internacional, achou-se conveniente apresentar o seu conceito, de modo a apresentar qual o sentido que lhe guia e, portanto, lhe fornece direcionamento. Ao enveredar por esse caminho, buscou-se entender como a dinâmica do comércio internacional pode ser contrária, por exemplo, a ideia de List enquanto protecionista vir a trazer benefícios para os países que participam dele independentemente do seu grau de eficiência.

O comércio internacional é o mercado¹, onde os países vão transacionar os bens que produzem, com mais habilidade e eficiência, uma vez que não é possível se produzir internamente todos os bens que uma nação demanda. De acordo com Krugman e Obstfeld (2001), existem ganhos que são originados deste comércio, quer dizer, quando os países vendem seus produtos e serviços uns aos outros, isso quase sempre ocorre de modo a ter benefício mútuo.

Krugman e Obstfeld (2001) colocam ainda que esse comércio de vantagem mútua, é possível mesmo quando um dos países em questão é mais eficiente do que o outro na produção, e o outro menos eficiente somente consegue competir pagando salários menores.

O comércio ainda de acordo com Krugman e Obstfeld (2001) é capaz de proporcionar benefícios, permitindo que os países exportem produtos cuja produção faça uso relativamente intenso de recursos que são escassos localmente além de permitir a esses países a especialização na produção de uma dada variedade de produtos, permitindo a consistência mais eficiente na produção em larga escala.

Os países participam do comércio na expectativa de que este venha a contribuir para seus ganhos. De acordo com Krugman e Obstfeld (2001), os países assim como os indivíduos, podem ser beneficiados por suas diferenças, possibilitando um arranjo no qual cada um produz as coisas que faz com relativa destreza. Isto é, se cada país produz uma quantidade limitada de bens, ele pode vir a produzir cada um desses bens em uma escala superior e, portanto, mais eficientemente do que se tentasse produzir tudo sozinho.

Esta é a ideia das vantagens comparativas de David Ricardo que demonstrou como a maioria dos países passou a realizar suas relações comerciais a partir do século XIX.

¹ Mercado é um local ou contexto em que compradores (que compõem o lado da procura) e vendedores (que compõem o lado da oferta) de bens, serviços e recursos estabelecem contatos e realizam transações (PASSOS; NOGAMI, 2005, p.16).

2.1 A FORMULAÇÃO ORIGINAL DE DAVID RICARDO

David Ricardo (2013) se refere a introdução do modelo vantagens comparativas no início do século XIX, essa foi a abordagem na qual o comércio internacional se baseou, a qual vem estritamente do resultado das diferenças internacionais na produtividade do trabalho.

David Ricardo (2013) tentou mostrar que mesmo quando um país fosse absolutamente menos eficiente em produzir todos os bens, continuaria a participar no comércio internacional ao produzir e exportar os bens que produzisse de forma relativamente eficiente. Assim, o modelo ricardiano é referido como o modelo das vantagens comparativas ou relativas. Para uma melhor compreensão da teoria das vantagens comparativas, segue o Quadro 2 onde é exposto o exemplo proposto por David Ricardo, que tem como países Portugal e a Inglaterra e como produtos o tecido e o vinho, e que consagram à produção de uma unidade de cada produto as seguintes quantidades de horas de trabalho.

Quadro 2 – Modelo de Ricardo para as vantagens comparativas

	Bens: Tecido e Vinho			
	Custo (horas de trabalho necessárias para produzir 1)		Produtividade (produção por hora de trabalho)	
Países	Tecido	Vinho	X	Y
Inglaterra	100	120	1/100	1/120
Portugal	90	80	1/90	1/80

Fonte: Tissot (2011). Disponível em <https://guilhermetissot.files.wordpress.com>.

Tal como em Adam Smith (2013), também em David Ricardo (2013) é a tecnologia dos países é o que determina os custos unitários ou as produtividades. Nesse exemplo, Smith e Ricardo concordam que a tecnologia é quem determina os custos unitários paradoxalmente o país menos desenvolvido nesse exemplo, Portugal, é absolutamente eficiente na produção de ambos os bens. Contudo, segundo Ricardo (2013) será pretendido levar até o limite das consequências a vantagem da troca (ainda de acordo como o

exemplo o caso concreto, do ponto de vista da Inglaterra). No contexto da teoria das vantagens absolutas, o comércio entre os dois países seria nulo, uma vez que Portugal detinha vantagens absolutas ou era absolutamente mais eficiente na produção de ambos os bens, não havendo da sua parte qualquer interesse na troca, ou seja, o conceito de vantagem absoluta não é, num caso destes, suficiente para determinar a especialização. Pelo contrário, o conceito de vantagem comparativa ou relativa permite determinar padrões de especialização e troca.

Formalmente, dado que em economia fechada se verifica uma troca de equivalentes, isto é, uma equivalência nos valores globais da produção em ambos os bens, pode determinar-se as Razões de Troca Autárquicas (RTA) em cada um dos países com Q a representar Quantidades, C a representar Custos Unitários e, por exemplo, Portugal $RTA_{T/V}^{\text{Portugal}}$ a representar a RTA de tecido por um de vinho em Portugal, e a $RTA_{V/T}^{\text{Inglaterra}}$ representa a RTA de vinho por um tecido na Inglaterra, conforme o Quadro 2.

Figura 2 - Equacionando as Razões de Troca Autárquicas - RTA

$$\begin{array}{l}
 Q_{\text{Tecido}}^{\text{Portugal}} \times C_{\text{Tecido}}^{\text{Portugal}} = Q_{\text{Vinho}}^{\text{Portugal}} \times C_{\text{Vinho}}^{\text{Portugal}} \Leftrightarrow \left\{ \begin{array}{l}
 RTA_{T/V}^{\text{Portugal}} = \frac{Q_{\text{Tecido}}^{\text{Portugal}}}{Q_{\text{Vinho}}^{\text{Portugal}}} = \frac{C_{\text{Vinho}}^{\text{Portugal}}}{C_{\text{Tecido}}^{\text{Portugal}}} = \frac{80}{90} = 0,88(8) \\
 RTA_{V/T}^{\text{Portugal}} = \frac{Q_{\text{Vinho}}^{\text{Portugal}}}{Q_{\text{Tecido}}^{\text{Portugal}}} = \frac{C_{\text{Tecido}}^{\text{Portugal}}}{C_{\text{Vinho}}^{\text{Portugal}}} = \frac{90}{80} = 1,125
 \end{array} \right. ; \\
 \\
 Q_{\text{Tecido}}^{\text{Inglaterra}} \times C_{\text{Tecido}}^{\text{Inglaterra}} = Q_{\text{Vinho}}^{\text{Inglaterra}} \times C_{\text{Vinho}}^{\text{Inglaterra}} \Leftrightarrow \left\{ \begin{array}{l}
 RTA_{T/V}^{\text{Inglaterra}} = \frac{Q_{\text{Tecido}}^{\text{Inglaterra}}}{Q_{\text{Vinho}}^{\text{Inglaterra}}} = \frac{C_{\text{Vinho}}^{\text{Inglaterra}}}{C_{\text{Tecido}}^{\text{Inglaterra}}} = \frac{120}{100} = 1,2 \\
 RTA_{V/T}^{\text{Inglaterra}} = \frac{Q_{\text{Vinho}}^{\text{Inglaterra}}}{Q_{\text{Tecido}}^{\text{Inglaterra}}} = \frac{C_{\text{Tecido}}^{\text{Inglaterra}}}{C_{\text{Vinho}}^{\text{Inglaterra}}} = \frac{100}{120} = 0,83(3)
 \end{array} \right. .
 \end{array}$$

Fonte: TISSOT, Guilherme (2011). Disponível em <https://guilhermetissot.files.wordpress.com>.

Através dos cálculos, pode-se observar que agora, possui vantagens comparadas para a produção de vinho, enquanto que a Inglaterra possui vantagens na produção de tecido. A partir dos cálculos das equações das Razões de Trocas Autárquicas, em matriz é possível chegar a síntese do Quadro 3.

Quadro 3 - A Matriz das Razões de Trocas Autárquicas – RTA

Países	Custos relativos	
	Tecido	Vinho
Inglaterra	0,83(3)	1,2
Portugal	1,125	0,88(8) ^{a)}

Fonte: Tissot (2011). Disponível em <https://guilhermetissot.files.wordpress.com>.

Nota: ^{a)} é a RTA $T/1$ Portugal ou, dito de outro modo, o custo do Vinho relativamente ao Tecido em Portugal ou, ainda, o custo de oportunidade do Vinho em Portugal.

Onde, considerando o modelo de Ricardo para o comércio internacional, cada país deve especializar-se na exportação do produto o qual possui vantagem comparada. Com base no custo relativo de cada bem face ao custo do outro bem para o outro país. Portanto, Portugal tem uma vantagem comparativa na produção de Vinho e a Inglaterra tem uma vantagem comparativa na produção de Tecido; por exemplo, o custo relativo do Vinho é inferior em Portugal, $0,88(8) < 1,2$, e o custo relativo do Tecido é inferior na Inglaterra, $0,83(3) < 1,125$. Dito de outro modo, Portugal é relativamente mais eficiente na produção de Vinho e a Inglaterra é relativamente mais eficiente na produção de Tecido. Devido aos diferentes custos relativos ambos os países têm incentivos à troca. Assim, Portugal deve especializar-se completamente na produção de Vinho e a Inglaterra na produção de Tecido.

Em suma, a especialização não se deve fazer em termos de vantagens absolutas, mas segundo as vantagens comparativas: neste caso, cada nação deve especializar-se na produção do bem para o qual possui relativamente maior vantagem ou menor desvantagem relativa.

O ponto importante é que, após a troca, existirá um preço do Vinho em termos do Tecido que será comum aos dois países. Inglaterra importa Vinho e exporta Tecido assim, o preço do Tecido relativo ao Vinho deverá aumentar. Em Portugal o preço relativo do Vinho deverá aumentar. Com os novos preços determinados pelo comércio, os produtores aumentam a produção do bem em que têm vantagem comparativa.

Ricardo não se preocupou com a definição clara da divisão dos ganhos por cada país. Porém pode-se dizer que o país que mais beneficiará com a troca vai ser a Inglaterra, pois $1,2-1 > 1-0,88(8)$.

De acordo com o exposto na teoria da vantagem comparativa de David Ricardo, um país eficiente é aquele que possui melhor tecnologia associada aos meios de produção, se utiliza melhor dos seus recursos produtivos e por fim consegue diminuir o custo unitário por produto.

No contexto da vantagem comparativa a exportação de produtos primários que perdurou no Brasil até o século XX, se relaciona no modelo de Ricardo, como um país de menor eficiência, mencionando o Quadro 3 que apresenta a Matriz das Razões de Trocas Autárquicas, nessa situação, o Brasil seria Portugal uma vez que, nessa relação de troca, apesar do Brasil apresentar um produto para exportar com vantagem relativa, este produto na relação de custo por unidade produzida consegue incorporar menor valor agregado ao produto final, tendo um valor de mercado relativamente inferior, isso quer dizer que, apesar dos dois países saírem ganhando com o comércio, um deles sempre terá um pouco mais de vantagem.

Contra-pondo-se as ideias de Ricardo sobre as vantagens do comércio entre as nações, é possível encontrar a reação dos Marxistas que deu origem à ideia da troca internacional de valores não equivalentes: a especialização não é vantajosa para todos porque existem situações de exploração. Posteriormente, neste quadro teórico sobressai a polémica em torno da 'troca desigual', segundo a qual a existência de fatores de ordem extra econômica (por exemplo, a dominação) origina a troca de valores desiguais entre países, havendo nações que desse modo, se apropriam de excedentes criados noutras.

Ao contrário do que pensavam os clássicos, considera-se que a troca, em lugar de suscitar benefícios mútuos, tende a agravar as desigualdades entre os países.

Outros autores como colocam restrições à aplicação universal do princípio das vantagens comparadas, a exemplo, da corrente *estruturalista*² (escola *cepalina*) de Raul Prebisch, uma vez que este estudo desconsidera em longo prazo, a dinâmica dos preços dos bens o qual teve a produção especializada pelo país. Além disso, a vantagem comparada desconsidera questões como o custo de transporte bem como, ganhos de escala. Alguns autores, como a exemplo de List, que denuncia os perigos da especialização agrícola. Por conta disso, defende medidas protecionistas e realçaram o possível conflito entre vantagem comparada de curto prazo e vantagem comparada de médio e longo prazo, decorrentes do padrão de especialização prosseguido: as vantagens de curto prazo não coincidem com as de longo prazo, isso significa que medidas que em curto prazo podem ser benéficas em longo prazo podem ser catastróficas. Refere-se, ainda, que houve tentativas de reformulação da análise ricardiana por parte dos Neoclássicos, bem como tentativas de adaptação no modelo de Ricardo a questões atuais, introduzindo, nomeadamente, os preços monetários na análise para além do trabalho incorporado nos bens – “modelo de Ricardo com moeda”.

De acordo com Ricardo (2013) havia uma distinção entre a noção de valor e a noção de riqueza. Para ele o valor era considerado como a quantidade necessária à produção de um referido bem, entretanto não dependia da abundância, mas sim do seu maior ou menor grau de dificuldade em seu processo produtivo.

Já a riqueza podia ser entendida como os bens que os indivíduos possuíam, bens estes que eram necessários, úteis e agradáveis.

O preço de cada bem era resultado da relação de um bem em relação a outro bem. E, esse preço podia ser representado por uma determinada quantidade de moeda, onde variações no valor da moeda provocam variações no preço do bem.

Para Ricardo (2013) a definição do valor da moeda dava-se pela quantidade de trabalho necessária à produção do metal que serviria para a

²Corrente de pensamento econômico latino-americano inspirado nos trabalhos dos componentes da Cepal, que analisava o desenvolvimento econômico do ponto de vista dos obstáculos estruturais que impediam um crescimento maior dessas economias. (SANDRONI, 2005, p.318).

fabricação do numerário. Indutivamente, se o valor da moeda sofresse variação, o preço do bem variaria, mas o seu valor não.

Essa teoria de Ricardo referente à moeda, contudo só é válida para bens produzidos em larga escala, caso o bem fosse um bem de Veblen (artigos de luxo, por exemplo, que o valor é dado pela sua escassez e não devido a quantidade de trabalho de trabalho que está inerente a ele), não seria possível se estabelecer esse padrão.

Bem como Adam Smith, Ricardo (2013) presumia que é através da quantidade de trabalho desprendida na confecção de um bem que contribuía para o valor deste bem.

2.2 TEORIA DO COMÉRCIO ESTRATÉGICO: O PROTECIONISMO “EDUCADOR” DE LIST E A VISÃO DE RAÚL PREBISH

Essa seção vai iniciar um debate em torno da teoria/ ideologia moderna que se dá em torno do livre comércio e o protecionismo do estado.

Tendo em vista que o Brasil, não foi inserido em um contexto socioeconômico de desenvolvimento, logo ele é subdesenvolvido, ainda na passagem do século XIX para o século XX, é interessante se utilizar da perspectiva em torno da teoria moderna do comércio estratégico, que trata dos livres cambistas versus o protecionismo, que vem a ser a realidade dos países periféricos, nesse caso, um país que pré-industrial praticando a vantagem comparativa participa do comércio externo a partir da especialização agrícola.

Essa especialização de certo modo vai requerer medidas protecionistas, principalmente se naquele mercado houver empresas de países estrangeiros economicamente avançados.

O livro marco, que inicia o debate teórico ideológico moderno entre livre cambista e os protecionistas é o de Fichte, denominado “*O Estado Comercial Fechado*”, do ano 1800. Nesta obra, ele apresenta a ideia de uma necessidade de se criar uma nação autárquica, ou seja, autossuficiente, pelo planejamento estatal tanto das questões puramente comerciais, quanto dos aspectos cambiais, e de um território mínimo à autossuficiência econômica. A conclusão é que o livre comércio não traz benefícios.

Friedrich List (1841) apesar de influenciado pelas ideias de Fichte, vai desenvolver uma noção menos radical de protecionismo, isto é, um protecionismo não quanto aos fins em si mesmos, como pretendia Fichte, mas um protecionismo como meio, ou seja, serviria como uma estruturação econômica necessária para que o país se desenvolvesse e em um segundo momento o país finalmente concorresse no livre mercado.

Assim, para List era necessário que as empresas nacionais se desenvolvessem antes de abrir o seu mercado para empresas estrangeiras, pois, países estrangeiros economicamente mais avançados poderiam inibir o desenvolvimento da industrial local. Com isso, a justificativa de um protecionismo educador, que tinha como objetivo uma proteção provisória a fim de assegurar a consolidação das indústrias nacionais, para que no médio prazo pudessem concorrer com sucesso em um ambiente de livre concorrência se faz justa.

Essa teoria do protecionismo “educador” de List, tem ampla aplicação nos países em via de desenvolvimento onde, o livre comércio tende a trazer benefícios quando praticado entre nações com poder econômico semelhante, dando sentido a teoria de List de modo que a nação fortalecida economicamente poderá participar de modo seguro e ativo no comércio internacional.

Outro conceito importante de Liste é sua crítica ao individualismo cosmopolita de Adam Smith, e por extensão de toda a base teórica clássica e neoclássica. Essa crítica é essencial para que ele desenvolvesse uma orientação mais estratégica e nacional interessada para as políticas econômicas, desvinculando-as de um pretense compromisso científico, que era o pretexto ideológico à auto regulação do mercado.

Mas essas ideias protecionistas irão encontrar uma repercussão maior com o pensamento contemporâneo de Raúl Prebisch (2000), que desenvolve uma teoria voltada à crítica da essência dos pensamentos clássico e neoclássico, ou seja, de que o comércio internacional gera ganhos globais. Em sua análise das trocas comerciais entre os países “do centro” (os industrializados) e os países “periféricos”, ele constatou que não havia difusão de progresso técnico do centro para a periferia.

Isso pode vir a ser explicado pelo fato de que os países centrais é quem desenvolvem os avanços tecnológicos logo, tendem a poupar matérias primas, se adequando à distribuição dos fatores em suas economias. Por consequência, diminuem as suas importações, o que acaba reduzindo o preço relativo dos produtos primários em relação aos produtos industrializados no mercado internacional. Esse processo acaba por caracterizar a transferência dos ganhos do progresso técnico dos países pobres para os países ricos.

Essas ideias de intercambio desigual entes os países do centro e periferia, vão influenciar as políticas dos países do terceiro mundo na década de 1950, e a partir disso, órgãos que visam o desenvolvimento econômico de países periféricos, nesse caso em especial a CEPAL, vão introduzir argumentos para o desenvolvimento industrial e infraestrutura nos países da América Latina, que vão de um Estado forte e intervencionista, a políticas mais afinadas com as suas necessidades reais.

Para Prebisch (2000) havia espaço para industrialização de novos países mesmo após a profunda crise que se instaurou no pós- 1ª guerra, ou seja, havia possibilidades para os países da América Latina, existia um caminho para se desenvolver a atividade industrial. E ainda de acordo com Prebisch (2000), a importância dessa industrialização de novos países não constitui um fim em si, mas o único meio para os países ainda não industrializados de captar parte dos frutos do progresso técnico e elevar progressivamente o padrão de vida da sua população.

Prebisch (2000), colocava que a industrialização da América Latina não é incompatível com o desenvolvimento eficaz da produção primária. Pelo contrário, uma das condições essenciais para que o desenvolvimento da indústria possa ir cumprindo o objetivo social de elevar o padrão de vida é que se dispunha dos melhores equipamentos em termos de maquinaria e instrumentos, e que se aproveite prontamente o progresso da técnica em sua renovação sistemática. A mecanização da agricultura implica a mesma exigência.

Na visão de Prebisch (2000,) quanto mais ativo fosse o comércio exterior dos países da América Latina, maiores seriam as possibilidades de aumentar a produtividade de seu trabalho, mediante a intensa formação de capital. Uma

vez que a solução não consiste em crescer à custa do comércio exterior, mas em saber extrair do comércio exterior cada vez mais elementos propulsores do desenvolvimento econômico.

Esse raciocínio leva a crer que existe uma relação estreita entre o desenvolvimento econômico e o intercâmbio vindo do comércio exterior. E para Prebisch (2000), a benesse do aumento intensivo da atividade econômica e do nível de emprego relativamente alto, ocorreu justamente no pós-guerra. Contudo, esse nível elevado de emprego exige uma elevação das importações, tanto para artigos de consumo rápido quanto duradouro.

Com a elevação do nível de emprego, o padrão de vida da população tende a aumentar e a mesma demandou mais artigos e para atender a essa demanda crescente por mais artigos, vai passar a ser necessário realizar mais importação, sendo que essa importação, muitas das vezes é superior às exportações, em se tratando de países recém-industrializados.

Outro ponto que Prebisch (2000) chama a atenção é o fato de se instalar no país ainda não desenvolvido, as mesmas indústrias existentes dos países desenvolvidos, uma vez que o desenvolvimento industrial é estimulado por uma concorrência ativa, sendo assim, os países não desenvolvidos, não terão condição de desenvolver tecnologia e se especializar em uma indústria forte. O protecionismo “educador” de List colaborou justamente nessa questão de dar condições à indústria nacional de crescer e se especializar antes de se inserir no livre comércio. De outra forma, um país que acaba de se industrializar (os países de produção primária), ele não tem como competir a esse nível de especialização e lograr os mesmos benefícios da divisão do trabalho.

Assim, para Prebisch (2000) a industrialização é a forma de crescimento imposta pelo progresso técnico nos países latino-americanos, que fazem parte da periferia da economia mundial. E esse crescimento da economia traz consigo algumas tendências persistentes ao desequilíbrio externo, seja ele em relação as importações causando um déficit no balanço de pagamentos, ou como, nas formas de produzir e na demanda.

Essas ideias podem ser entendidas como uma independência ideológica e teórica dos países em desenvolvimento em relação às bases

científicas do mundo industrializado, que mesmo durante séculos ainda governa a mentalidade comercial do mundo, interferindo nas políticas internas dos países mais pobres e em desenvolvimento. E as bases para essa ingerência eram as próprias teorias clássicas e neoclássicas, que a despeito de todo o seu arcabouço científico, centravam-se numa vontade política, que era a mesma dos países na época da Revolução Industrial inglesa: explorar as economias dos países periféricos, a partir de uma abertura senão real, pelo menos justificada e pré-orientada pela consciência liberal.

2.3 ECONOMIAS DE ESCALA, CONCORRÊNCIA PERFEITA E NOVOS MODELOS DE COMÉRCIO

Enveredando no que vem a ser o comércio no seu mais novo conceito, temos as teorias de Paul Krugman (1984), que inovou com suas ideias a respeito da economia que se configurou em fins do século XX. Com isso ele visa descrever a transformação de uma economia que era base essencialmente industrial para uma economia baseada no conhecimento e nos serviços, como resultado do progresso tecnológico e da globalização da economia. Logo, como resultado desenvolveu suas teorias do “novo comércio” e da “nova geografia”, que tratam justamente da questão de dinâmica de escala (quantidade produzida), na permuta de bens entre os países.

Em se tratando das economias de escala, o argumento é: quando as funções de produção apresentam retornos crescentes de escala, os padrões de comércio e vantagens comparativas dependerão do tamanho absoluto do mercado doméstico. Economia de escala é aquela que amplia as suas funções de produção (por ex. as máquinas, capital, trabalho), obtendo-se um aumento da quantidade produzida, sem aumento proporcional dos custos de produção.

A pesquisa mais recente sobre economias de escala tem sido associada aos novos modelos de comércio, dentre os quais, os trabalhos baseados em estruturas de mercado de concorrência imperfeita, de Helpman e Krugman (1985) e aqueles que as relacionam à ideia de acumulação de experiência, economias de aprendizagem, como as da China. A esse respeito, a “curva de

aprendizagem³” cria, para uma firma ou setor, uma vantagem comparativa que pode afetar a estrutura nacional de vantagens comparativas.

De acordo com Krugman e Obstfeld (2001) em relação aos retornos de escala, uma das conclusões é que “em um mundo no qual os retornos crescentes existem, a vantagem comparativa resultante das diferenças entre os países (dotação de fatores) não é a única razão para a existência de comércio. As economias de escala criam um incentivo adicional e geram comércio mesmo se os países forem idênticos em gostos, tecnologias e dotação de fatores.” (HELPMAN; KRUGMAN, 1988).

Se faz questionável esse modelo de concorrência imperfeita e economias de escala, em países em desenvolvimento conforme aponta Krugman e Obstfeld (2001) pois, a indústria nascente vai encontrar duas falhas de mercado como motivos para a proteção da indústria nascente: a questão dos mercados imperfeitos de capitais, bom como a “apropriabilidade”.

2.3.1 Demanda

A análise da demanda como determinante do comércio internacional de bens tem 3 (três) hipóteses: a pressão de demanda; a similaridade de preferências; e a diferenciação de características. Na hipótese da “pressão de demanda”, relaciona-se com as exportações o nível de utilização da capacidade produtiva, levando em conta também o consumo privado, os investimentos, os gastos governamentais. O argumento é que quanto mais utilizada for a capacidade produtiva, maior será a pressão da demanda interna para deslocar ao mercado interno os bens que seriam destinados à exportação (MINTZ, 1967; COOPER, 1970).

A abordagem da “similaridade de preferências”, de Linder (1961) e Deardoff (1984), parte da ideia de que gostos (qualidade, por ex.) relativos ao consumo estão associados à disparidade de renda. E assim como dentro de um país grupos de rendas semelhantes tem gostos parecidos, pode – se supor

³As “curvas de aprendizagem” dizem respeito às economias de escala dinâmicas. Assim, as economias de escala dinâmicas, do tipo “curva de aprendizagem” criam uma vantagem comparativa para uma firma ou setor, que pode afetar a estrutura nacional de vantagens comparativas”. (GONÇALVES, 1997, p. 10).

que, no mundo, pessoas com rendas semelhantes teriam gostos mais próximos a esses do que às pessoas de um mesmo país, só que com rendas distintas. Essa similaridade de preferências associada à similaridade do nível de renda entre os países seria um estímulo ao comércio internacional. Daí a ideia de “nichos de mercado”.

Por fim, a terceira hipótese - diferenciação de características - propõe que os consumidores objetivam, dada a restrição de sua renda, mais os atributos de um determinado produto, que, especificamente sua quantidade. Assim, o consumidor de um determinado país não está interessado em consumir uma calça, mas aquela calça. Isso resulta na seguinte hipótese: pelo fato de existirem países com gostos semelhantes em relação a determinados produtos, as empresas desses produtos tenderão a se estabelecerem em outros países, visando aumentar sua produção a um custo competitivo (LANCASTER,1980).

2.3.2 Teoria da Localização de Krugman

De acordo com Alexandre (2001) a partir da década de 1970, apareceu uma “nova geografia econômica”, que é tida como a quarta vaga da revolução dos rendimentos crescentes (economias de escala) na economia, podendo ser aplicada no campo da organização industrial, à medida que investigadores começaram pela primeira vez a desenvolver modelos aplicáveis da concorrência.

Para Alexandre (2001), faz-se importante relatar o papel do comércio na localização das atividades econômicas. Uma vez que é através dele que se faz possível a captação de poupança necessária para o desenvolvimento local.

Apesar de estudos anteriores que se referiam ao comércio destacarem em geral a eficácia, no quesito crescimento, referente as políticas que favoreçam as exportações, alguns estudos atuais têm contrariado esta conclusão.

Ainda de acordo com Alexandre (2001) até determinado ponto, o hábito de não considerar o espaço deve ser explicado pelo fato de que o tempo era a dimensão crítica na análise econômica. Uma vez que as vantagens de

localização incluem economia de tempo a fins de reduzir os atrasos nas entregas, alguns aspectos espaciais poderiam ser tratados como temporais.

Pode-se dizer que a economia espacial se destaca por muitas disparidades na concorrência e que a própria distância propõe o monopolista. Logo, se faz presente oposições tanto económicas como não-econômicas a mobilidade dos fatores. O mercado vai possuir tendenciosamente à igualdade dos rendimentos regionais per capita ou à melhor localização espacial de recursos e, em certos momentos, podem operar de forma a trazer a estabilização.

Krugman (1991) em sua teoria da localização apresenta uma singularidade com os relatos do novo comércio e do novo crescimento; uma dependência do modelo de Dixit-Stiglitz da concorrência em monopólio. Este modelo não só pressupõe que existem muitos produtos que, através da produção de bens distintos do ponto de vista dos consumidores, entram perfeitamente de forma simétrica na procura; como também apresentam que a função da utilidade individual toma uma forma particular e regularmente desigual. O modelo Dixit-Stiglitz pode ser tido como a base para escopo da teoria económica em comércio internacional, crescimento económico e geografia económica.

Para Alexandre (2001) o modelo de Dixit-Stiglitz, retrata uma economia multi-locativa que requer alguns pressupostos indispensáveis. Uma simplificação pontual é a suposição que os custos de transporte tomam a forma de um iceberg Samuelsoniano: em vez de modelar um sector de transporte separado, supondo que uma fração de um bem transportado puramente é fundida ou se evapora em trânsito.

De acordo com Krugman (1991) a Geografia Económica traduz a localização da produção no espaço, isto é, se tem como o ramo da Economia que se preocupa sem saber qual é a relação de uma coisa com os estudos da Economia clássica trazem a localização da atividade económica como sendo de rendimentos constantes e de concorrência perfeita. No entanto, a realidade, é que os rendimentos são crescentes e a concorrência é imperfeita e esta é a abordagem dos estudos da Geografia Económica.

Tratando as economias de escala na indústria, as mesmas tomam o formato da função de custos linear, onde o custo fixo está em termos do trabalho na indústria, assim estando sujeito a produzir qualquer variedade única de produto manufaturado.

De acordo com o modelo existem duas forças motrizes para o seu funcionamento: as forças “centrípetas” que tendem a manter a existência do centro industrializado, e a força “centrífuga” tendente a destruí-lo.

Apenas um incidente histórico pode ser crucial para principiar um processo de variação. De acordo com Alexandre (2001) qualquer que seja, a relação da localização da procura, a mesma irá determinar a localização da produção e reciprocamente podendo ser ocasionado por uma profunda força conservadora, pendente a tomar qualquer padrão centro-periferia já determinado.

Ainda em Alexandre (2001), partindo do princípio que existem rendimentos crescentes, as grandes firmas possuem vantagem sobre as pequenas, em que se pese que os mercados tendam a ser domados por uma única firma (monopólio) ou, mais frequentemente, por algumas poucas firmas (oligopólio). Contudo, quando os rendimentos crescentes ingressam na ceara do comércio, os mercados tornam-se frequentemente concorrentes imperfeitos. As economias de escala propiciam uma motivação ao comércio internacional. O comércio internacional por sua vez, dá a possibilidade a cada país de produzir uma variedade limitada de bens e que se alcance vantagem das economias de escala sem mobilizar a diversificação no consumo.

Enquanto a questão da diferenciação do produto, o mesmo está relacionado com o custo médio dos fatores que irá depender da amplitude do mercado, assim como da quantidade de firmas do setor. Quanto maior for o número de firmas no setor, mais elevado será o custo médio. Mostrando que o número de firmas é inversamente proporcional à quantidade produzida.

De acordo com Alexandre (2001):

Um sector industrial competitivo monopolisticamente produz bens que são usados no consumo final e como produtos intermédios. O uso intermédio cria custos e procura ligações entre empresas e uma tendência para a aglomeração das indústrias transformadoras. Com elevados custos de transporte

todos os países têm alguma indústria transformadora, mas quando os custos de transporte descem abaixo de um valor crítico, forma-se espontaneamente uma distribuição centro-periferia, e os países que se encontram na periferia sofrem um declínio no rendimento real. Com a continua descida dos custos de transporte dá-se uma convergência no rendimento real, em que os países periféricos ganham e os países centrais podem perder. [...] Como certos países em desenvolvimento se têm destacado em termos de crescimento económico, como a China, estes observadores temem que o Terceiro Mundo cresça – conduzido por uma expansão das exportações de produtos industriais – às custas do Ocidente. [...] Reflexo de eventos recentes: o contraste entre o rápido crescimento das economias do Leste Asiático e as economias turbulentas dos países desenvolvidos. Propõe-se assim, terminar com o antigo conceito de “desenvolvimento desigual” e o novo conceito acerca do “empobrecimento do Norte” como sendo modas intelectuais, mais do que proposições analíticas sérias. (ALEXANDRE, 2001, p.13)⁴.

É de se destacar que o efeito tarifa pode majorar o custo dos produtos embarcados para um dado país, se igualando a um custo de transporte.

Contudo, Alexandre (2001) mostra que Krugman não é o percussor da nova geografia económica com base na teoria económica aplicada a matemática. O mesmo relata que Walter Isard já havia tratado do assunto nos anos 1950. Entretanto Isard chamou de Ciência Regional, porem era efetivamente a nova geografia económica com base na aplicação de ferramentas atuais da economia de análise espacial. Isard apresentou modelos teóricos da localização, especialmente de empresas que tratam do método de análise empírico, inserindo a maioria dos modelos de input-output regionais. Este modelo de Isard fez sucesso entre os geógrafos e nem tanto com os economistas.

Muito embora as questões regionais tenham sua parcela de essencialidade o próprio ramo da economia até recentemente não se ocupava das questões espaciais. Krugman (1991) relata a negligência em relação a questões do espaço na economia que por diversas vezes surgem de um simples empecilho, como por exemplo, determinar uma estrutura de mercado, é necessário de valer de uma base locacional. Assim, cada vez mais se tornam

⁴Alexandre (2001), relata as dificuldades que os países não desenvolvidos enfrentam na tentativa de desenvolvimento industrial e que quando essas dificuldades são vencidas, caso China, deixam os países tidos como desenvolvidos receosos em relação a perda de mercado.

invisíveis as linhas que separam as questões da “nova geografia” e a economia.

3 TRAÇOS DA DINÂMICA DA ECONOMIA BRASILEIRA E BAIANA NO SÉCULO XIX

Os teóricos contribuíram com a noção de como foi construída e funciona a dinâmica do comércio entre os países, ou seja, como os países se relacionam através das trocas de seus produtos e serviços.

Muitas mudanças de ordem política e econômica marcaram o século XIX, principalmente aquelas que modificaram o cenário da economia mundial. Pode-se dizer que o princípio dessa mudança veio com o início da industrialização, ou melhor, da Revolução Industrial⁵, ainda no século XVIII, que além de ditar uma nova forma de se produzir, passou a propagar a ideia do liberalismo⁶. Rompendo a estrutura do Mercantilismo e inserindo todas as nações no contexto do capitalismo liberal.

Mauro (1976) apresenta como exemplo dessa ruptura com o mercantilismo a desconstituição do "pacto colonial⁷" ou "exclusivo", que deixa de vigorar na primeira metade do século XIX, o fim do comércio de escravos e mais tarde a abolição da escravatura, bem como a mudança para uma prática de política aduaneira liberal.

A partir do momento que as ideias liberais foram se espalhando pelos continentes, a necessidade de independência e ruptura com o sistema colonial tomou força. De acordo com Mauro (1976), a ruptura com Companhia das Índias Orientais, em 1849, começa a modificar o cenário do comércio internacional, principalmente para as colônias latino-americanas.

O comércio que predominava no lado das Índias Ocidentais era o cultivo da cana de açúcar, paralelo a isso se encontra as culturas do café, o tabaco e

⁵ Revolução industrial: conjunto de mudanças que ocorreram na Europa nos séculos XVIII e XIX. Tendo como principal particularidade dessa revolução a substituição do trabalho artesanal pelo assalariado e com o uso das máquinas no processo produtivo (HUNT, 2013).

⁶ O liberalismo foi uma doutrina político-econômica que tem como característica a atitude de abertura e tolerância a vários níveis. De acordo com essa doutrina, o interesse geral está acima do interesse do Estado e requer o respeito pela liberdade cívica, econômica e da consciência dos cidadãos (HUNT, 2013).

⁷ O pacto colonial foi um dos elementos básicos constituintes da política econômica mercantilista. Consistia basicamente no exclusivo comercial da Metrópole em relação às suas colônias, subordinando-as por meio a um conjunto de mediadas econômicas e políticas. Os representantes locais das nações europeias controlavam as relações comerciais e defendiam os interesses da Coroa e das Companhias de Comércio, organismos de capital misto ou estatal. (LACERTA, 2010, p. 10).

a banana da Jamaica, o cacau em Granada, o arroz da Guiana, a laranja das Bahamas, somada a progressiva abolição da escravatura (determinada pelo governo inglês) a partir de 1834, o açúcar das Antilhas inglesas (recém-independente) sofre desvantagem no mercado internacional, perdendo mercado para o açúcar dos países menos avançados, e com uma concorrência ainda mais perigosa ocasionada pelo livre cambio praticado pela Inglaterra (MAURO, 1976).

Entre 1808 a 1825 a América Latina conheceu o movimento para a sua independência. De acordo com Mauro (1976) a economia do continente latino americano entre 1790 e 1870, mostra em que se transformou a velha economia colonial já abatida pela pelo contrabando inglês quando da instituição do “pacto colonial” desaparece oficialmente, o esforço desses países em se sobressair economicamente, e procurar se fortalecer para a inserção da industrialização.

O Brasil conheceu, no século XIX, o ciclo do café, que após a o ciclo do ouro, no século XVIII, foi a atividade econômica que vigorou nos moldes da economia de exportação. O ouro não teve um substituto econômico imediato, como cultura que se destacou nesse intervalo do ouro para o café foi o *ciclo do gado*. O desenvolvimento do gado aconteceu durante o ciclo do ouro, no contato ao mesmo tempo do mercado interno e do mercado externo, fugindo assim a característica de uma economia fechada. Diz Mauro (1976) que foi sorte a economia brasileira ter sido sempre largamente voltada ao comércio.

De acordo com Mauro (1976), no início do século XIX, três grandes áreas se destacavam no Brasil:

- a) *O Nordeste e especialmente o interior, o sertão.* É a zona mais antiga, mas que por volta de 1800 tornou-se a menos importante. Representa mais ou menos 1 milhão de quilômetros quadrados, ou seja, o dobro da superfície da França. Ela abastece em animais e em carne toda a zona costeira e açucareira ao norte da Bahia. [...] sabe-se também que uma boa parte ao menos deste território constitui-se o “triângulo da fome”: é suficiente uma seca persistente para que os animais e mesmo os homens sejam mortos pela sede (em 1791-1793, por exemplo). Uma única solução se impõe: fugir para a água, para a costa úmida, para o grande rio.
- b) *Minas Gerais e especialmente o sul da capitania.* Aqui a pluviosidade e o sistema hidrográfico são muito superiores. A atividade mineira cria um mercado consumidor de leite, carne, animais de carga. No fim do século XVIII, Minas acaba por vender carne e laticínios a seus antigos fornecedores; Rio e São Paulo. A técnica é muito superior à do Nordeste.

- c) *Rio Grande do Sul, ao qual é preciso acrescentar Santa Catarina e Paraná. [...] cujos mercados se desenvolvem com o declínio da pecuária do Nordeste, do qual se copiavam as técnicas. Só as condições naturais são mais favoráveis. O rendimento desta pecuária é fraco; menor que o Rio da Prata. Mas aqui se fabrica e consome manteiga. Ademais, a criação dos cavalos e das mulas é muito importante para alimentar o grande mercado de Sorocaba, perto de São Paulo, e daí todo o centro do Brasil. (MAURO, 1976, p.137-139).*

Outras culturas também fizeram parte da transição do ciclo do ouro para o ciclo do café, como é o caso do algodão que desde fins do século XVIII se desenvolvia por incentivo da procura da Inglaterra, visando atender a indústria têxtil. De acordo com Mauro (1976) esse algodão era cultivado no Maranhão e no agreste brasileiro (região que faz parte do Nordeste intermediária entre a planície costeira úmida e os campos ressecados do interior).

Também fizeram parte da transição do ciclo do ouro para o café, outras culturas de especulação como o tabaco, o cacau, o arroz e o anil, que ajudaram o Brasil a cobrir o hiato entre os dois ciclos (MAURO, 1976).

Até o momento em que a do café passa a ter folego, sendo capaz de inserir o Brasil em uma situação de destaque no cenário do mercado internacional, ou seja, se inserir no contexto do capitalismo, as políticas coloniais ainda se faziam presentes eram muito fortes. De acordo com Baer (1996) a abertura dos portos brasileiros ao comércio exterior em 1808, apresentou a independência política desse estado, no entanto, pouco vai modificar a vida econômica do Brasil. O pacto colonial é abolido e a partir disso, os navios e os produtos estrangeiros poderiam entrar livremente no Brasil.

Ainda em Baer (1996), com o bloqueio continental a Inglaterra se beneficia com a redução das tarifas de aduana para suas mercadorias, e em 1810, o Brasil tenta através de um contrato leonino limitar algumas medidas do Bloqueio para favorecer o comércio português e francês, tendo como consequência o desequilíbrio da sua balança comercial e a impossibilidade de criar indústria no país.

Segundo Mauro (1976), o Brasil teve sua independência proclamada em 1822, no entanto, se transformou numa colônia econômica da Inglaterra. Essa situação vai se modificar com a Primeira Guerra Mundial e principalmente com a Segunda Guerra, que substituirão a Inglaterra pelos Estados Unidos. À

primeira corresponde aos dois ciclos do café e a segunda ao ciclo da industrialização.

3.1 FORMAÇÃO E CARACTERÍSTICAS DA ECONOMIA BAIANA

A Bahia teve a sua territorialidade definida a partir de meados do século XIX, de acordo com Mattoso (1992, p.41), “a Capitania – que se tornou província com a primeira Constituição de brasileira (1824) e depois Estado com a República de (1889) – sempre se chamou Bahia” (MATTOSO, 1992, p. 41). Antes fazia parte da delimitação da região Nordeste, sem maiores dimensionamentos. Para tanto Mattoso (1992) relata a história da denominação do estado da Bahia.

Desde a fundação de Salvador, em 1549, até os nossos dias, a Bahia teve três denominações diferentes. Como Capitania Geral da Bahia de Todos os santos, foi sede do governo colonial português até a transferência deste para o Rio de Janeiro em 1763. Em 1815, com a transformação do Brasil em Reino Unido a Portugal e Algarves, passou, como todas as dez capitanias gerais existentes (e sem que houvesse qualquer legislação específica a respeito), a ser chamada, indiferentemente, de capitania ou província. Em 1824, com a promulgação da primeira Constituição brasileira, tornou-se oficialmente Província da Bahia, uma das dezenove províncias do Império. Em 1889, com a Proclamação da República, foi o Estado da Bahia um dos vinte estados federados dos Estados Unidos do Brasil. (MATTOSO, 1992, p. 43).

Uma vez que o nome do Estado foi definido fica possibilitada a investigação do território na sua formação, bem como, quem fazia parte dessa sociedade.

3.1.1 A sociedade baiana

A sociedade baiana do século XIX apresentava uma hierarquia muito bem definida, e as classes sociais eram bem distintas, cada uma delas desempenhava sua função social. A sociedade era composta por escravos, homens livres, comerciantes, senhores de engenho e militares.

Onde os escravos que trabalhavam de modo permanente para os seus senhores sem o recebimento de salário, portanto, sem renda e sem qualquer posição social e poder político. Os homens livres se encontravam em situação

melhor que a do escravo uma vez que, por seu trabalho recebiam o pagamento, tinham renda, contudo, sem qualquer direito político ou prestígio social.

O comerciante era o homem que tinha poder econômico, porém, sua atividade não era considerada uma atividade nobre assim, não tinha prestígio social e tão pouco qualquer poder político.

A questão do prestígio social é uma forma de discriminação social, que está associada à atividade que é desempenhada pela pessoa, caso o indivíduo não pertença classe social de prestígio isso não lhe dá o direito a ser bem visto pela sociedade. Contudo a maior parte da sociedade baiana era justamente de pessoas hierarquicamente não bem vistas conforme aponta MATTOSO (1992, p. 252) “Ora, nada menos homogêneo do que a sociedade baiana, formada por homens livres, escravos, ricos e pobres, libertos e filhos de libertos”.

A classe social que estava no topo da pirâmide hierárquica eram os senhores de engenhos e seus respectivos primogênitos. Os mesmos eram tidos como aqueles que estavam acima de todos socialmente falando, os ‘melhores’ conforme aponta Mattoso (1992). Tendo o cultivo da cana de açúcar como a principal atividade econômica da Bahia, e sendo o açúcar um produto destinado ao mercado internacional, esta classe em especial, detinha todo prestígio político, econômico e social à época. Sendo precedido e até mesmo equiparado aos militares que tinham o poder oficial, conforme aponta Mattoso (1992):

[...] o ‘melhor’ é designado por um consenso social, segundo critérios de comportamento, berço, educação e riqueza. Mas é indiscutível que esse reconhecimento se torne público, alcançando as instituições e o poder oficial. (MATTOSO, 1992, p. 252).

A atividade do comércio (local), era uma atividade que gerava divisas. No entanto apesar do comerciante possuir poder econômico, ser “rico”, não significava ter prestígio social, logo, seu poder político e social era secundário diante dos senhores de engenho.

Durante todo período imperial, os comerciantes baianos ocuparam posições secundárias na cena política, ofuscados pelos proprietários de terras, sempre em evidência e detentores dos primeiros papéis no plano nacional. Nem todo mundo era senhor de engenho ou filho de

senhor de engenho, mas só eles tinham prestígio, mesmo que houvesse homens mais ricos. (MATTOSO, 1992, p. 252).

Mesmo que alguns comerciantes possuíssem mais riquezas do que um senhor de engenho, a sua evidência diante da sociedade era mínima. Deixando claro que o prestígio social e político, era privilégio de poucos como aponta ainda Mattoso (1992):

O nascimento e a propriedade da terra eram passaportes indispensáveis pra ingressar no restrito circuito da elite de Salvador. Mas não eram os únicos. Existiam funções (a magistratura e algumas elevadas funções do Estado, por exemplo) ou condições (diploma de direito ou de medicina, por exemplo) que abriam vias de acesso a essa posição social. (MATTOSO, 1992, p. 253).

Com base, nessa restrição em relação à formação da elite baiana, é possível perceber que apenas poucos poderiam ingressar nesse meio social. E a hereditariedade é uma condição que também exerce muita influência social. A partir disso, é possível perceber como se deu a formação da elite, que a cada momento ia possuindo mais poder, e com isso ditando as características sociedade baiana.

A distinção entre elite graças à riqueza e ao berço e a elite graças ao cargo não deve nos iludir. Todos esses homens pertenciam ao mesmo meio social, que era o núcleo onde se formavam as elites baianas e se confirmavam os atributos do pequeno círculo de proprietários de terra. Apenas indivíduos excepcionais, vindos de outros meios sociais ou de outras comunidades, conseguiam penetrar nesse pequeno mundo fechado. (MATTOSO, 1992, p. 253).

A sociedade baiana foi tomando um formato similar ao da sociedade portuguesa, formação de pequenos grupos para a centralização do poder a partir disso, a implantação de um governo autoritário. Diante desse contexto, na economia tem-se como atividade principal a atividade agrária, voltada ao mercado internacional. Na política só quem tinha acesso e direito a participação era a elite local (senhores de engenho, militares e aqueles de profissões tidas como nobres). Em relação ao social, tem-se a existência de classes dominantes e excludentes, sem participação do povo, conforme aponta Mattoso (1992):

O estado brasileiro não nasceu *ex nihilo*. Foi mais transformado que criado. À gestão patrimonial portuguesa, o Estado monárquico brasileiro tomou emprestada a colaboração do poder privado, nascido das próprias circunstâncias do processo colonizador. Foi o que

garantiu seu sucesso. Esse poder – que ora foi sentido no Brasil como usurpador, ora como detentor de uma delegação do Estado centralizador – conseguiu sobreviver graças ao ritmo muito lento da evolução das estruturas sociais e econômicas e das mentalidades. O ‘novo estado brasileiro’, que se constituiu sem confrontos graves, mas implantou um sistema de governo centralizador e autoritário, manteve a união nacional contra ventos e mares. Mas, na segunda metade do século, embalado por seus primeiros sucessos, ele não soube ampliar suas bases políticas: em 1889, no fim do período imperial, só 10% da população tinham direito a voto, e a escravidão tinha sido recém-abolida. O monarca compartilhava cada vez menos o seu poder Poder Moderador. (MATTOSO, 1992, p.253).

Mesmo com os novos ventos soprados pela Revolução Industrial, a descentralização do poder do Estado, o fim do poder autárquico, em fins do século XVIII início do Século XIX, a Bahia ainda estava muito longe de se inserir nesse contexto.

3.1.2 O Recôncavo baiano

Fazendo uma limitação geográfica o recôncavo baiano é a região que se situa em torno da Baía de Todos os Santos, ou seja, não abrange apenas o litoral, mas também a região do interior que circunda a Baía conforme a Figura 3.

Figura 3 - Mapa do Recôncavo baiano



Fonte: Assessoria Geral de Comunicação – AGECOM, Prefeitura de Salvador (2011).

As cidades que compõem o Recôncavo baiano são: Amargosa, Aratuípe, Brejões, Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Conceição do Jacuípe, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Elísio Medrado, Governador Mangabeira, Itatim, Jaguaripe, Jiquiriçá, Laje, Maragogipe, Milagres, Muniz Ferreira, Muritiba, Mutuípe, Nazaré, Nova Itarana, Salinas da Margarida, Santa Terezinha, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Felix, São Miguel das Matas, São Gonçalo dos Campos, Sapeaçu, Saubara, Ubaira e Varzedo. Contudo, nem todas estão pontuadas no mapa apenas, aquela de maior representatividade histórica.

De acordo com Mattoso (1992) para tratar do Estado da Bahia e suas relações comerciais internacionais é necessário inserir nesse contexto a região que foi mais utilizada para escoamento e transporte de bens, neste caso, a região do Recôncavo baiano, pois, Salvador apesar de ser a cidade capital, sozinha não conseguia realizar a função.

A Salvador dos séculos passados não foi a aranha que teceu a teia de sua Província. Foi, antes, boca e desembocadouro, base e refúgio. Da cidade – mais precisamente, dela e de seu Recôncavo – partiam

os principais caminhos e as ordens dos poderosos, funcionários ou grandes comerciantes. Unidas, imbricadas, as duas áreas sempre formaram um todo, enfrentando juntas quaisquer circunstâncias. Como o Recôncavo está voltado para o mar, sua orla e seus rios foram a vida da Província. Daí o grande peso lhe deve ser atribuído ao descrever-se a Bahia como um todo; daí, também, sua importância na descrição do meio natural da região. (MATTOSO, 1992, p. 42).

A sua importância vai muito além da produção do açúcar, o Recôncavo serviu como aporte à estruturação e inclusive a formação da primeira capital do Brasil - Salvador. O abastecimento da capital vinha em grande parte do interior, assim como a produção destinada à exportação. Como afirma Mattoso (1992):

A capital não pode ser dissociada da baía, da qual é ciosa guardiã, mas também não pode ser de sua hinterlândia, esse Recôncavo celeiro de açúcar e de farinha. O gado pode vir de longe, já que se locomove. Mais que qualquer outra cidade, a da Bahia está ligada à sua imediata hinterlândia agrícola, pois é seu mercado e seu elo com o mundo exterior. Não há uma só família da cidade que não tenha laços com uma família do interior; não há tempestade na baía que não faça subir as águas dos rios do Recôncavo; não há má colheita lá que não cause pobreza aqui. (MATTOSO, 1992, p. 51).

No que diz respeito à exploração do solo baiano, Mattoso (1992) diz que:

É preciso que se fale aqui da 'exploração mineradora' dos solos. Os solos do Recôncavo foram - e ainda o são com frequência - 'minas' de cana -de- açúcar, de fumo, de mandioca ou de batata-doce. Uma vez a mina explorada, o solo fica quase inutilizável, apenas capaz de produzir uma floresta pobre ou magras colheitas. Até recentemente, o agricultor do Recôncavo recebiam mal os vendedores de adubo que lhe vinham dar conselhos. E, diante da transformação do solo pelo empobrecimento resultante de práticas culturais inconsequentes, sempre preferiu desistir da luta. (MATTOSO, 1992, P.52).

É mantida na Bahia do século XIX, a herança da exploração do solo, sem se realizar a manutenção e investimentos devidos (utilização de adubos por exemplo), ocasionando o empobrecimento do mesmo, vistas que a Bahia já não possuía condições edafoclimáticas favoráveis (seca) para a realização do plantio de outra cultura que naquele momento necessitasse de maiores cuidados, como o café do Sudeste brasileiro, que além de investimento, requereu não de obra especializada, tecnologia e manutenção.

Conforme relata Mattoso (1992), não havia nenhuma preocupação em se fazer a manutenção do solo, era uma utilização quase que nos moldes predatórios.

Ora, quem pensa na Bahia dos séculos XVIII e XIX pensa imediatamente na Bahia capital do açúcar, na opulenta cidade dos senhores de engenho e de seus escravos, na cidade dos ricos negociantes. Maurice Le Lannou qualifica os plantadores de cana do litoral nordeste de “sedentários empanturrados”. Ele assinala que o desgaste do solo nunca foi compensado, mas sua afirmação traz à baila um duplo problema: por que o agricultor brasileiro tem essa mentalidade de ‘proprietário de mina’? Não basta constata-lo: é preciso compreender por que o massapê – essa rica terra argilosa do Recôncavo, que cola nos sapatos de todos os baianos e é seu orgulho e sua riqueza -, por que esse generoso massapê se revelou tantas vezes terra cheia de armadilhas, mal amada e mal explorada? (MATTOSO, 1992, p.52).

Pela menção de Mattoso (1992) em relação ao acomodo do senhor de engenho, é possível perceber a falta de preocupação em relação a investimento, que está vinculado a inovação e a tecnologia do meio de produção, neste caso a falta dele, como relata Mattoso (1992) para os senhores de engenho era mais proveitoso viver no ócio e fausto a se preocupar com a manutenção do solo. Um descaso que futuramente vai levar a perda de mercado externo.

3.2 A PAUTA DE EXPORTAÇÃO

A Bahia caracterizou-se pela aptidão a agricultura como forma de atividade econômica, e assim determinou o que viria a ser a principal comercial do Estado. Ainda no século XIX, apesar de haver uma ampliação das atividades do setor produtivo do Estado (indústria e serviços), a agricultura ainda representava boa parte do produto gerado pelo Estado, visando a competitividade do mercado internacional.

De acordo com Spinola (2009), o declínio da Bahia inicia-se com a transferência do Governo Geral de Salvador para o Rio de Janeiro, em 1763, que leva a província a perder sua condição de capital política do país e todos os ganhos inerentes a essa condição.

Esta circunstância irá provocar o deslocamento de muitos recursos que auxiliavam o processo de desenvolvimento tanto da Bahia, quanto do Nordeste. Isso se deve ao fato do polo de desenvolvimento, ou melhor, do gerador de divisas a partir daquele momento encontrar-se na região Sudeste, inicialmente pela extração do ouro em Minas Gerais, e, posteriormente, pelo cultivo do café

no Rio de Janeiro e em São Paulo. A capital ou centro do poder e administração deveria estar sediado próximo a principal fonte geradora de divisas.

[...] era necessário estabelecer um centro de poder e administração que ficasse mais próximo de Minas Gerais e Goiás e que facilitasse uma comunicação mais rápida com as capitanias de São Paulo e Rio Grande do Sul. [...] (TAVARES, 2001 apud SPINOLA, 2009, p.37).

Essa mudança da capital do país, do Nordeste para o Sudeste configurou as bases de um sistema de dominação e desequilíbrios regionais que vigoraram a partir daquele momento, isso se deve ao fato de serem transferidos para a nova capital a vida socioeconômica e cultural do Brasil, diminuindo as benesses de ser uma capital. Baer (1996) traz essa informação:

Uma década e meia antes da proclamação da independência, a corte portuguesa “exilada” enviou reforços para diversificar a vida socioeconômica-cultural do Brasil, especialmente o Rio de Janeiro e vizinhanças, o que ficou patente com a fundação do primeiro banco do Brasil, em 1808, o primeiro banco moderno da América Latina; a fundação da bolsa de valores no Rio; a importação da primeira prensa tipográfica; a contratação de técnicos e a assistência oferecida a vários tipos de empreendimentos industriais (como o desenvolvimento da indústria metalúrgica de Minas Gerais e São Paulo). (BAER, 1996, p.37).

Devido a mudanças no que diz respeito à economia e a infraestrutura que foi criada para a nova capital receber a corte portuguesa, a Bahia no século XIX, ficou marginalizada, passando por momentos conturbados de desabastecimento, fome, falta de atividade econômica. A “cultura portuguesa” era abandonar a atividade econômica que não estivesse em destaque no cenário internacional e migrar para aquela que estava em ascensão, isso pode retratar certa fragilidade dos portugueses em conduzir ou, administrar atividades econômicas paralelas, ou seja, expandir o seu comércio com produtos diferenciados. Naquele momento o ciclo do ouro ainda possuía destaque logo, o açúcar e outras atividades de menor significância (periféricas), não tinham importância.

É importante salientar que o século XIX, veio evidenciar a disparidade econômica e discriminação que persistem aos estados no Brasil, e que perduram por entre os séculos seguintes. Este momento de transferência da capital nos fins do século XVIII foi de certa forma difícil para o Estado fizeram a

Bahia revelar toda sua insatisfação em relação a este momento através das revoltas (manifestações do povo baiano e nordestino, contrários ao governo).

A transição do século XVIII para o século foi marcada por diversas revoltas, epidemias, secas, falta de abastecimento e até mesmo crise na agricultura como relata Spinola (2009, p.38), esses fatos somados à transferência da capital para o Rio de Janeiro, ocasionou a perda do poder político do estado, assim como econômico, além da perda do processo de desenvolvimento econômico e infraestrutura que era construído com a presença da corte portuguesa.

O cultivo da cana de açúcar deixou de ser um “status social” e entrou em lenta decadência, pois a oportunidade econômica era a mineração, a província da baiana ficou sem qualquer motivação para dar continuidade as suas atividades, sejam elas sociais, econômicas e até mesmo políticas, originando assim, os primeiros e muitos movimentos rebeldes indo de confronto aos portugueses (Conjuração Baiana em 1789 ou Revolta dos Alfaiates, Mata – Marotos entre 1823 e 1831 , Revolução Federalista entre 1832 e 1833, Revolta dos Malês em 1835, Sabinada em 1837 e outras movimentações que foram adentrando o século XIX).

Pode-se dizer que o comércio foi a atividade econômica que perdurou por todo século XIX na Bahia. Entretanto, este comércio era predominantemente de empresas estrangeiras em particular inglesas. Por conta disso, parte substancial dos lucros auferidos na economia baiana era remetida ao exterior dizimando qualquer possibilidade de poupança e conseqüentemente formação de capital interno. Isso agravou a situação da economia baiana a cultura estroina e perdulária da sua classe dominante (MATTOSO, 1992)

Outro fator motivador da desaceleração econômica baiana foi a seca que assolou o Nordeste durante boa parte do século XIX como configura Spinola (2009).

outro problema que se defrontou a província da Bahia – e que influenciou de forma considerável a sua formação política e econômica – foi o fenômeno da seca que, como um acidente natural, inevitável, constituiu um dos diversos fatores que contribuíram para o drama da pobreza regional”(Spinola 2009, p. 46) ... a pobreza nordestina decorre da forma como se organizou a ocupação do

território, a partir do latifúndio monocultor escravagista, da estrutura agrária ainda predominante na região e dos mecanismos de acumulação e espoliação inerentes ao capitalismo área. (SPINOLA 2009, p. 46)

Assim, fica constatado que o período de secas fio um dos fatores que impediram a formação de uma atividade agrícola regular e organizada, levando a formação de pequenos grupos de terra com fertilidade, dificultando e até mesmo impedindo a formação de mercado interno, tendo como consequência a falta de abastecimento instaurada durante o século XIX.

Entende-se assim que **as atividades agrícolas e industriais que se desenvolveram na Bahia, ao longo do século XIX e em boa parte do século XX, constituíram extensões dos interesses do capital mercantil**, carecendo de condições que possibilitassem o estabelecimento de um processo de desenvolvimento autossustentável a longo prazo, pela dificuldade estrutural da formação de uma classe média assalariada, capaz de constituir um mercado interno estimulador da produção local em setores da atividade industrial e de serviços. (SPINOLA, 2009, p.51).

Pode-se dizer então, que a província baiana se tornou uma empresa colonial agroexportadora, que era de domínio colonial português. Entretanto, com sua economia predominantemente inglesa, que foi acompanhada pela fragilidade dos ciclos econômicos que se sucederam.

Entre as atividades do setor primário da economia baiana, destacavam-se no século XIX, o açúcar, o tabaco, o café e, gradativamente, o cacau, além de outros produtos de menor peso à época em sua balança comercial como o algodão, a pecuária, a extração e a lavra de diamantes. (SPINOLA, 2009, p. 51-52).

De acordo com Mattoso (1992) a questão climática também teve influência no cultivo do açúcar. A mesma afirma que devido às chuvas excessivas precedidas de estiagens também duradouras, também eram incompatíveis com as necessidades da cultura do açúcar, pois o solo argiloso da área do Recôncavo estava sofrendo desgastes por conta das mudanças climáticas drásticas.

É importante ressaltar que o fumo não apresentou o mesmo peso no que tange as exportações de açúcar na economia baiana do século XIX. Apesar de ser uma cultura mais regular. E que o fumo era moeda de troca no tráfico negreiro, do comércio existente entre a Bahia e o Golfo da Angola e de Bengala. Por esse motivo o fumo tinha grande importância e foi dominado pelo capital mercantil.

A Tabela 1, apresenta informações sobre os principais produtos exportados pela Bahia no século XIX, sendo possível observar tanto a questão da influência climática para a cultura do açúcar apresentada por Mattoso (1992), quanto a relevância que se deu ao fumo por ser uma espécie de moeda de troca na costa africana.

Tabela 1- Exportações baianas dos principais produtos agrícolas – 1851-1878

ANOS	AÇÚCAR (A)	FUMO (B)	CAFÉ (C)	CACAU (D)	VALOR TOTAL (E)	A/E %	B/E %	C/E %	D/E %
1851	6.877	1.245	450	48	8.620	80	14	5	1
1852	5.048	1.230	361	42	6.681	76	18	5	1
1853	7.011	857	344	34	8.246	85	10	4	0
1854	6.206	1.757	493	64	8.520	73	21	6	1
1855	6.320	1.598	1.007	57	8.982	70	18	11	1
1856	6.355	1.630	1.028	114	9.127	70	18	11	1
1857	8.984	2.944	1.217	144	13.289	68	22	9	1
1858	5.876	1.899	1.191	310	9.276	63	20	13	3
1859	8.782	2.421	933	128	12.264	72	20	8	1
1860	2.880	3.345	1.002	168	7.395	39	45	14	2
1861	2.687	1.539	1.011	204	5.441	49	28	19	4
1862	7.705	4.399	1.126	176	13.406	57	33	8	1
1863	6.904	5.357	1.763	209	14.233	49	38	12	1
1864	5.378	2.779	1.183	176	9.516	57	29	12	2
1865	6.316	2.061	1.614	173	10.164	62	20	16	2
1866	7.030	3.933	1.728	210	12.901	54	30	13	2
1867	6.132	2.845	1.633	295	10.905	56	26	15	3
1868	8.632	3.615	2.159	280	14.686	59	25	15	2
1869	9.936	3.845	1.694	431	15.906	62	24	11	3
1870	6.021	5.565	1.999	399	13.984	43	40	14	3
1871	7.058	5.190	1.014	355	13.617	52	38	7	3
1872	8.133	4.923	2.082	420	15.558	52	32	13	3
1873	6.684	5.558	1.772	379	14.393	46	39	12	3
1874	3.211	4.209	1.983	311	9.714	33	43	20	3
1875	6002	4834	2223	248	13307	45	36	17	2
1876	3065	6118	3518	359	13060	23	47	27	3
1877	5916	4715	2980	517	14128	42	33	21	4
1878	4087	5804	3096	809	13796	30	42	22	6

Fonte: Anuário Estatístico da Bahia (1923).

Nota: Valores em contos de réis

O café cultivado em solo baiano, no século XIX, não tinha a qualidade necessária para se inserir como uma mercadoria transacionada no mercado internacional como o cultivado na região de São Paulo, ou seja, não era de qualidade superior para participar do capitalismo mercantil, pela forma artesanal e até mesmo predatória o qual se dava o cultivo – falta de investimento em técnicas agrícolas. Como também pela falta de mão de obra

especializada - era utilizada a mão de obra escrava. Com isso, este café servia apenas para o sistema de trocas realizadas com os parceiros comerciais (locais que se encontravam em situação econômica similar ou inferior a do estado baiano, na região Norte e Nordeste, do país), da província da Bahia.

Já o cacau, era uma cultura que estava começando no século XIX, e que ainda não vislumbrava o padrão comercial. Vai apresentar uma relevante significância a partir do século XX, pois no século XIX este produto ainda não possuía representatividade na pauta de exportações como pode ser visto na Tabela 1. Ocasionalmente no século seguinte uma grande corrente migratória para o Sul da Bahia.

O fumo um dos principais produtos de exportação, presente na Tabela 1 era proveniente da região do recôncavo baiano, que possuía uma significância relevante na pauta das exportações, tanto que chega a representar em números, próximo a 1/5 do produto do açúcar, principal atividade exportadora.

O açúcar, outro produto de exportação, ainda se mantinha como principal atividade comercial para o estado da Bahia, mas como pode ser visto oscilava em relação à demanda. Não sendo possível se estabelecer uma relação estável em relação à comercialização deste produto.

O algodão, era um produto que apesar de não se encontrar na pauta das exportações da Tabela 1, era exportado pelo Brasil, possuía altas taxas de impostos (frete e outros), por medidas protecionistas internacionais, o que tornava difícil a exportação do produto. Além disso, os Estados Unidos que eram o seu principal concorrente e tinha facilidades em relação às taxas como, em relação à logística, dificultava ainda mais o processo de escoamento da produção brasileira de algodão.

No que diz respeito à indústria no Brasil, em 1808 deu-se início a uma prospecção para a indústria têxtil do país, principalmente, o Pará, Maranhão, Ceará e posteriormente Minas Gerais. De acordo com Lima (1961) apud Spinola (2009, p. 58), a atividade de produção de tecidos se tornou tão prospera que se chegou a exportar tecidos, uma vez que os tecidos possuíam alta qualidade.

Como pode ser observada na Tabela 2, a Bahia apresenta um lugar de destaque na indústria têxtil que de acordo com Spinola (2009, p. 61) chegou a movimentar um capital de ordem de \$1.243.896,00 contos de reis e gerava 958 empregos diretos.

Tabela 2 – Distribuição geográfica estimada da indústria têxtil brasileira (em 1866, 1875 e 1885)

Província	1866	%	1875	%	1885	%
Maranhão	-	-	1	3	1	2
Pernambuco	-	-	1	3	1	2
Alagoas	1	11	1	3	1	2
Bahia	5	56	11	37	12	25
Rio de Janeiro	2	22	5	17	11	23
São Paulo	-	-	6	20	9	19
Minas Gerais	1	11	5	17	13	27
Total	9	100	30	100	48	9

Fonte: Stein, Stanley 1971 apud Spinola (2009).

Percebe-se também que a indústria baiana tem uma representatividade superior frente aos demais estados, isto afirma os seus dados em relação a mobilidade de capital como também da geração de emprego e renda.

A Bahia em fins do século XIX mostrou habilidade para se desenvolver com a indústria têxtil, inclusive estava à frente dos demais estados do Brasil nesse setor. Com isso, fica a expectativa de que no próximo século, esta atividade seja mais especulada e que a indústria se desenvolva com mais vigor.

3.3 SALDOS DO PRODUTO DO SÉC. XIX

O balanço de pagamentos é tido como o registro sistemático⁸ das transações econômicas, ocorridas em um determinado período de tempo, entre residentes e não residentes de um país.

⁸ Por registro sistemático entenda-se a escrituração das transações econômicas de um país com o resto do mundo. Isto é viabilizado por um sistema contábil pelo método das partidas dobradas (débito e crédito), e obedecendo a um determinado plano de contas (PASSOS; NOGAMI, 2005, p.528).

Na Tabela 3 apresenta dados de exportação e importação do estado da Bahia, durante boa parte do século XIX.

Tabela 3 – Balança de mercadorias do Estado da Bahia – 1839-1899

ANOS	EXPORTA- ÇÕES	IMPORTA- ÇÕES	SUPERÁVIT/ DÉFICIT	ANOS	EXPORTA- ÇÕES	IMPORTA- ÇÕES	SUPERÁVIT/ DÉFICIT
1839	5.982,00	7.710,00	-1.728,00	1869	30.095	28.928	1.167
1840	6.440,00	7.003,00	-563,00	1870	25.275	26.170	-895
1841	5.235,00	7.332,00	-2.097,00	1871	30.919	32.093	-1.174
1842	6.216,00	8.195,00	-1.979,00	1872	25.156	30.539	-5.383
1843	6.310,00	8.483,00	-2.173,00	1873	18.587	22.523	-3.936
1844	8.469,00	9.744,00	-1.275,00	1874	21.072	24.373	-3.301
1845	9.504,00	10.580,00	-1.076,00	1875	19.489	26.227	-6.738
1846	8.491,00	11.375,00	-2.884,00	1876	20.843	21.775	-932
1847	8.643,00	9.459,00	-816,00	1877	22.983	26.395	-3.412
1848	8.547,00	7.996,00	551,00	1878	21.105	24.799	-3.694
1849	9.033,00	9.744,00	-711,00	1879	16.452	20.204	-3.752
1850	9.854,00	13.103,00	-3.249,00	1880	33.244	25.916	7.328
1851	9.879,00	18.765,00	-8.886,00	1881	33.561	25.880	7.681
1852	12.178,00	19.910,00	-7.732,00	1882	19.000	23.891	-4.891
1853	11.825,00	15.804,00	-3.979,00	1883	23.791	26.641	-2.850
1854	13.837,00	16.214,00	-2.377,00	1884	22.150	22.823	-673
1855	14.759,00	17.422,00	-2.663,00	1885	24.133	26.023	-1.890
1856	19.790,00	27.772,00	-7.982,00	1886	25.519	37.644	-12.125
1867	16.236,00	26.148,00	-9.912,00	1887			0
1858	17.422,00	25.724,00	-8.302,00	1888	15.434	26.217	-10.783
1859	14.451,00	23.366,00	-8.915,00	1889	9.794	18.360	-8.566
1860	10.678,00	18.630,00	-7.952,00	1890	11.393	18.639	-7.246
1861	23.396,00	25.069,00	-1.673,00	1891	18.334	18.981	-647
1862	18.030,00	17.138,00	892,00	1892	14.739	25.333	-10.594
1863	13.058,00	16.103,00	-3.045,00	1893	43.099	28.375	14.724
1864	14.184,00	16.893,00	-2.709,00	1894	27.022	33.030	-6.008
1865	19.248,00	17.599,00	1.649,00	1895	31.012	36.280	-5.268
1866	16.202,00	17.878,00	-1.676,00	1896	28.375	50.797	-22.422
1867	22.265,00	18.267,00	3.998,00	1897	48.388	56.771	-8.383
1868	21.134,00	32.236,00	-11.102,00	1898	62.268	52.967	9.301
				1899	47.094	36.130	10.964

Fonte: Anuário estatístico da Bahia (1923).

Nota: Valores em contos de reis.

* os períodos de 1851, 1861 e 1869 a 1887 incluem exportações para outras províncias brasileiras.

Em destaque, os anos de *superávit*.

A Tabela 3 vai apresentar dados que mostram a ocorrência de saldos negativos na balança comercial, ou seja, deficitário. Isso significa que o estado

baiano não conseguiu exportar, mais do que importar gerando a falta acumulo de divisas, ou seja, de poupança no Estado da Bahia para o século XIX. Isso não era possível devido a vários fatores, pode-se destacar como um deles pelo próprio fato da sociedade baiana possuir um gosto apurado para ostentações, ou seja, o consumo de bens importados, destinados ao fausto e desperdício era de tal proporção que afetava a Balança Comercial do Estado. Conforme relata Tavares (1982).

[...] A Bahia importava tecidos de **algodão**, de lã, de linho, e de seda; carnes; vinhos; carvão de pedra; farinha de **trigo**; **ferragens**; **moedas**; **peixes** em conserva e bacalhau; calçados; bebidas; louças e vidros; **chapéus**; **papel**; sal; e máquinas. É significativo **que os recursos gastos com a importação de máquinas sejam os menores. Em contraste, os maiores estavam reservados** fiara tecidos (inclusive de lã); e para **alimentos (carnes, farinha de trigo, peixes em conserva e bacalhau)**. A crescente **despesa com a importação de carvão-de-pedra** era forçada pela **exigência de iluminação pública (e doméstica) a gás, iluminação instalada e comercializada na cidade do Salvador** por companhia **inglesa que tinha sede em Londres.** (TAVARES, 1982, p.35-36).

Avaliando os produtos que eram importados pela “província” baiana, da para fazer uma especulação quanto ao tamanho do desatino da sociedade local em se tratando de gastos com o fausto e o desperdício, parecia não haver preocupação em fazer reserva de valores e sim gastar os mesmos.

Ainda de acordo com Tavares (1982, p. 36), os países que exportavam (vendiam) para a Bahia por ordem de importância eram: “ Inglaterra, França, Alemanha, Portugal, Estados Unidos, Uruguai, Bélgica, Áustria, Espanha, Itália, Argentina, África, Holanda, Peru e Chile”.

Havia um desequilíbrio na balança comercial e o mesmo era gerado pelas importações de produtos estrangeiros realizados pela sociedade baiana, isso poderia vir a afetar a questão do desenvolvimento, uma vez que a renda estava sendo direcionada a importação de produtos de ostentação e não em infraestrutura, assim, a renda está sendo remetida para o exterior.

Os saldos que se encontram destacados, que por sinal são positivos, conforme indica as *notas* da Tabela 3, se deve ao fato da ocorrência de exportação para outros estados do Brasil.

Assim, na passagem do século XIX para o século XX, não vai ser possível ter uma Balança Comercial favorável para o estado da Bahia, uma vez

que as importações estão superando as exportações durante quase todo o século XIX gerando um déficit muito grande, que irá ficar para o próximo século.

4 A PASSAGEM DE UMA ECONOMIA AGRÁRIA EXPORTADORA PARA UMA ECONOMIA INDUSTRIAL - BRASIL - BAHIA

De acordo com Baer (1996), o desenvolvimento industrial brasileiro se tornou significativo a partir de 1880 e prosseguiu durante as três décadas seguintes. Isso se desenvolvendo a indústria têxtil, e posteriormente veio o desenvolvimento da produção de roupas, sapatos, bebidas e produtos de fumo. Esse fato pode ter sido beneficiado pela vinda de imigrantes para o Brasil, que além de se configurarem como um “aporte tecnológico” podia ser tido como a mão de obra necessária para o desenvolvimento da atividade industrial.

Para Baer (1996), a força básica que apoiou esse desenvolvimento industrial foi o incremento cafeeiro baseado na mão-de-obra imigrante livre. Investimentos significativos voltados para infra-estrutura que atendia o setor cafeeiro (estradas de ferro, usinas elétricas, etc.), financiados por fazendeiros e capital estrangeiro, proporcionaram um ambiente para uma produção industrial local maior e aos poucos criaram uma demanda para peças de reposição produzidas internamente. A grande população imigrante empregada no setor cafeeiro e outros a ele relacionados gerou enorme mercado para bens de consumo barato. (BAER, 1996, p. 43).

Toda essa modificação estrutural que foi sendo realizada para o crescimento da indústria foi assistida nos estados do Sudeste do Brasil, em especial Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais que faziam parte dessa dinâmica do café, estes estados estavam envolvidos no “circuito dinâmico” da atividade econômica do país.

As primeiras industriais em sua maioria, segundo Baer (1996) foram de comerciantes importadores que, em um dado momento das suas atividades perceberam que valeria mais a pena produzir os bens que eram importados, no próprio território brasileiro, sendo muito mais viável a importa-los. Esse fato se deu principalmente em relação aos produtos têxteis.

A Primeira Guerra Mundial (1914) estabeleceu profundas mudanças no universo industrial na Europa ocidental e nos Estados Unidos, o que possibilitou a propagação global do capitalismo – o chamado Imperialismo - o processo que muitos autores classificam como a *segunda revolução industrial*, ou seja, a *revolução científica- tecnológica*, que havia se iniciado em fins do século XIX. Foi o surgimento dos novos procedimentos técnicos na indústria e das novas fontes de energia e de materiais (LACERDA et.al, 2010).

O efeito exercido pela Primeira Guerra Mundial segundo Baer (1996), não foi o de expandir e mudar a capacidade produtiva do país, mas sim de aumentar a capacidade de produção de artigos têxteis e alimentícios, originados antes da guerra, ou seja, ampliar a indústria existente. O aumento dessa capacidade da produção iria servir para suprir a economia interna carente de importações, e para a exportação de produtos têxteis para a Argentina e África do Sul. Exportou-se para países da América Latina açúcar e carnes. Contudo, a quantidade de exportação era relativamente pequena, se comparada com a que foi realizada durante a Segunda Guerra Mundial.

Em meio às transformações ocasionadas pela Primeira Guerra Mundial, o Brasil se deparava diante a uma realidade ainda complexa em torno do seu conservadorismo histórico, tanto do ponto de vista econômico, quanto social e político. Na década de 1920, segundo Baer (1996) a economia do Brasil era baseada no setor cafeeiro, e que estava em rápida expansão. “A participação do café nas exportações aumentou de 56% em 1919 para mais de 75% em 1924. No mesmo período, as exportações como uma parcela do PNB aumentaram de 5,7% para 12,5%” (BAER, 1996, p.47-48). O balanço de pagamentos do Brasil durante essa década apresentou valorização da taxa de câmbio que, combinada com o aumento dos preços internos, diminuiu qualquer proteção as indústrias internas em relação a concorrência externa (BAER, 1996).

A evolução econômica do país, sob o aspecto da industrialização, apresentou dualidades, entre contrastes e contraposições de uma estrutura colonial que ainda se fazia presente, o desejo de poder se encontrava acima da necessidade de crescer. Aquilo que Sodré (1963) denominou com maestria de “contemporaneidade do não coetâneo⁹”. A estrutura econômica colonial dificultava o desenvolvimento do processo de industrialização.

Contudo a Primeira Guerra Mundial (1914–1918) devastou a economia do país, e deteriorou o mercado internacional obrigando o país a “trabalhar” com a substituição das importações em sua indústria - ou seja, confeccionar produtos nacionais similares aos importados, uma vez que não era possível realizar o câmbio – ouve o incentivo ao desenvolvimento da produção interna

⁹ Designa o contemporâneo que não quer ser contemporâneo.

logo, da industrialização nacional, o que fez crescer economias vinculadas à indústria.

A Grande Depressão (1929) ocasionou um impacto fortemente negativo sobre as exportações brasileiras, segundo Baer (1996), uma queda de US\$ 445,9 milhões, em 1929, para US\$ 180,6 milhões em 1932, ou seja, uma perda de quase 60% do valor das exportações.

Visto que no início da Depressão, o café era responsável por 71% do total das exportações e estas, por sua vez representavam cerca de 10% do PNB, a principal preocupação do governo residia em apoiar o setor cafeeiro. A forte queda da demanda mundial por café causada pela Depressão também coincidiu com uma grande produção deste produto, resultado do plantio realizado nos anos 20. Para proteger o setor e, dessa maneira, a economia, do impacto total da queda dos mercados e preços mundiais de café, o programa de apoio à atividade foi transferido dos estados (principalmente de São Paulo) para o governo federal. (BAER, 1996, p.50).

A produção de algodão durante o período da Depressão apresentou rápido crescimento, principalmente no estado de São Paulo. O governo de São Paulo na década de 1920 promoveu pesquisas sobre o cultivo dessa planta, gerando melhorias no cultivo dessa cultura (LACERDA, et. al, 2010).

Para Baer (1996), durante a Depressão, por causa da restrição as importações e de uma continuada demanda interna, resultado do programa de apoio ao café causou escassez de bens manufaturados e um conseqüente aumento em seus preços relativos, que teve como efeito catalisador para uma arrancada na produção industrial.

É possível concluir em Baer (1996), que o ocorrido na Primeira Guerra Mundial, o crescimento da produção industrial na primeira metade do século XX, mais precisamente na primeira metade de 1930, houve a utilização mais completa da capacidade existente, parte da qual havia sido subutilizada e formada na década anterior. Na segunda metade da década de 1930, o crescimento da produção industrial foi acompanhado pela extensão da capacidade (BAER, 1996, p.53).

O Brasil após a Segunda Guerra Mundial (1945) se encontrou frente a um novo cenário econômico, o capitalismo, que passou a vigor com total potência. Segundo Lacerda (2010) os Estado Unidos se tornaram a maior potência capitalista, e o governo do Brasil redemocratizou-se a partir do

governo de Dutra, iniciando um governo dentro dos princípios liberais do tratado de Bretton Woods.

Em 1950, a industrialização não era mais uma reação defensiva a acontecimentos externos, mas se tornara a principal maneira encontrada pelo governo para modernizar e aumentar a taxa de crescimento da economia. Os formuladores da política econômica haviam-se convencido de que o Brasil não poderia mais contar com a exportação de seus produtos a fim de alcançar suas ambições de desenvolvimento (BAER, 1996, p.62).

O fato era que as economias que ainda não eram desenvolvidas, viram que para se desenvolver teriam que adotar outro modelo econômico, o industrial, para ter a oportunidade do desenvolvimento. Como coloca Prebisch (2000), a industrialização é a forma de crescimento imposta pelo progresso técnico aos países latino americanos, que fazem parte da periferia da economia mundial (PREBISCH, 2000, p. 181).

Afirma Prebisch (2000) que a industrialização em si, não é a questão fundamental para os países periféricos e sim, os benefícios da industrialização, assim a indústria acaba sendo um meio que os países periféricos dispõem para captar parte do fruto do progresso técnico para elevar progressivamente a qualidade de vida das suas massas.

Logo, a partir da Segunda Guerra os países não desenvolvidos saíram em busca de industrialização, para trazer o desenvolvimento e o crescimento econômico para os seus países e o Brasil, assim como a Bahia está dentro desse contexto.

4.1 DO PLANEJAMENTO A INDUSTRIALIZAÇÃO DA BAHIA

A Bahia iniciou o século XX fora do contexto da industrialização que germinava no país, a mesma se concentrou na região onde a economia estava se desenvolvendo a todo fervor – região Sudeste mais precisamente as cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, onde também se situava o poder administrativo e político do país.

Essa falta de industrialização na Bahia deixou o estado com um atraso, bem como, deu margens para disparidade entre os estados no quesito tecnologia, mão de obra qualificada e infraestrutura, que irão permear nos anos subsequentes.

4.1.1 O “Enigma Baiano”

Em fins da década de 1950, os intelectuais baianos, a exemplo de Luís Henrique Dias Tavares, Rômulo de Almeida, Pinto de Aguiar, Américo Barbosa de Oliveira, Miguel Calmon Sobrinho, Clemente Mariane, Luís de Aguiar Costa Pinto, Milton Santos e outros debatiam as questões que norteavam a involução que se abatia sobre a Bahia. Em síntese, pode-se dizer que o “enigma baiano” segundo Alban (2005), consistia na não-industrialização da Bahia, ou melhor, no porquê dessa não-industrialização, ou seja, questão ligada diretamente ao crescimento e desenvolvimento do Estado, no princípio do século XX. Spinola (2009) faz o relato interessante a condição da Bahia, referente ao período de meados de 1950:

Octávio Mangabeira, espantado com o que viu ao assumir o governo do estado (1946/ 1950), cunhou a expressão ‘enigma baiano’ e, preocupado com a estagnação da economia estadual, encomendou a Ignácio Tosta Filho o primeiro Plano de Desenvolvimento da Bahia, documento pouco divulgado na atualidade e praticamente desaparecido. (SPINOLA, 2009, p. 83).

Pinto de Aguiar (1972 apud SPINOLA, 2009), fez a sua contribuição ao pontuar algumas das principais causas que levaram a Bahia ao *enigma baiano*:

[...] 1.O problema de instabilidade da nossa economia, que, preponderantemente primária e evidentemente reflexa, dependente, endogenamente, da sazonalidade das safras e, exogenamente, das flutuações de mercados exteriores e dos preços nestes vigente; 2. O desgaste do nosso intercâmbio comercial interno, com a política cambial vigente no país, agravando a tendência estrutural da deterioração da relação de preços dos produtos que enviamos para os outros estados e das mercadorias que deles recebemos; 3. A escassa capacidade de poupança, decorrente destas causas, e o reduzido estímulo aos investimentos, em virtude de tais variáveis. (AGUIAR, 1972 apud SPINOLA, 2009, p.83).

Rômulo Almeida (2013) também faz o seu levantamento das razões para o atraso econômico baiano em relação à região Sudeste do país. Dentre elas pode ser citado:

[...] o ritmo fraco de capitalização devido a decadência política da Bahia na República, efeito e novamente, causa das dificuldades de transporte e carência de energia, que, para vencê-las, não encontravam recursos na economia colonial baiana, as quais terão sido também causa de outra carência, a quase nula imigração. (ALMEIDA, 2013, p.75).

Com base nessa carência de imigrantes na Bahia mencionada por Almeida (2013), Spinola (2009) aponta em uma direção bastante conveniente que a questão política, uma vez que, os políticos “coronéis” locais, não se “adaptavam” com as novas culturas e técnicas, que os imigrantes traziam. Dava a impressão de que os coronéis não queriam sair do período dos latifúndios monocultores, e que impediriam ao máximo o progresso chegar às terras baianas, inclusive pela resistência à vinda de imigrantes europeus para o Nordeste, isto provocado pelos senadores locais, no intuito de não acender uma desordem social. Nada de espírito empreendedor, o mesmo não era bem vindo.

Aliado aos fatores políticos, os empresários locais não desenvolviam o interesse em investir na indústria, os mesmos, não se encorajavam a desbravar esta nova atividade, por falta de renda e conhecimento para tal finalidade. O Estado da Bahia ainda continua vinculado a ideia de uma atividade monocultora como forma de subsistência como afirma Spinola (2009):

A Análise do problema econômico baiano situa a proeminência econômica da Bahia nos séculos iniciais da colonização e estuda o que chama de ‘começo e progressão da relativa decadência econômica do Estado’. Os primórdios dessa decadência encontra-se na perda de importância do açúcar em nosso comércio exterior, acelerando-se com o fim da escravatura. Contudo, salienta que, com a nova lavoura de cacau, a economia estadual recupera-se ensejando a realização de várias obras de infraestrutura. Detém-se também no exame da política econômico-financeira oficial do pós-guerra. (SPINOLA, 2009, p. 84).

Assim, mesmo com o Brasil já inserido no contexto da industrialização desde fins do século XIX, a Bahia que já tinha uma indústria primária em atividade, precisava potencializar e dinamizar a mesma, para atingir um grau mais elevado de especialização.

Contudo as questões políticas ligadas à imigração, economia com características coloniais, falta de investimentos para a industrialização, podem ser tidos como motivos para a falta de desenvolvimento da Bahia, assim, acredita-se que o início da questão da pobreza da baiana conforme relata

Spinola (2009), foi herdado do processo de exploração escravista no século XIX, que se perpetuou sob outras formas pelo sistema colonial mercantil vigente à época, e impossibilitou a mobilidade social, e por consequência a formação de uma classe média e de um mercado interno.

4.1.2 A experiência de planejamento

Na década de 1950 era visível a falta de industrialização na Bahia. De acordo com Spinola (2003), a participação da indústria local beirava os 13% do total da renda auferida pelo estado e participava com apenas 2,5% do total do país, ou seja, era um montante relativamente pequeno em relação ao total produzido pelo Brasil. Como pode explicitar melhor Alban (2005):

[...] a sociedade baiana vivenciou, nos anos de 1940 e 1950, o ápice de uma grave crise de desenvolvimento. Com a lavoura açucareira se desmoronando, frente à pesada concorrência de produtores internacionais, e sem condições edafoclimáticas para participar ativamente do cultivo do café, a Bahia, apesar do cacau, terminou não participando do dinamismo que envolvia boa parte do Sul e Sudeste do país. (ALBAN, 2005, p. 83).

Acrescenta ainda Alban (2005):

Ao não participar do dinamismo do café, a Bahia, como todo o Nordeste, passou a perder posições na economia nacional. Essa perda não foi apenas quantitativa. Ocorre que, para expandir a cafeicultura, promoveu-se, no último quartel do século XIX, uma intensa imigração de europeus, provocando profundas transformações sociais. De fato, o imigrante europeu não foi apenas um substituto assalariado do antigo escravo: foi também o criador e difusor de novos padrões culturais, empresariais e tecnológicos, fundamentais ao desenvolvimento do capitalismo urbano-industrial. (ALBAN, 2005, p. 83).

O tipo de indústria que predominava na região baiana era a tradicional, com baixo aporte tecnológico, vinculada ao setor alimentar e têxtil, havendo carência das indústrias de base e tecnologia, para dar um impulso a qualquer outro tipo de indústria mais promissor.

De acordo com Alban (2005), por solicitação do governador Antônio Balbino (1955-1959), foi elaborada, em 1955, uma comissão para planejar a retomada do desenvolvimento. Sob o comando de Rômulo Almeida, constituiu-se o primeiro sistema estadual de planejamento: a Comissão de Planejamento

Econômico (CPE), que após elaborar vários estudos sobre a realidade baiana, ao final da década de 1950 a CPE desenvolve o primeiro Plano de Desenvolvimento do Estado da Bahia (Plandeb). A partir daquele momento começou-se a projetar a inclusão da Bahia na realidade que vivia os estados do Sudeste (economia desenvolvida e com formação de indústrias de peso), em especial, na atividade industrial e os possíveis benefícios que viriam a partir disso. Contudo, as oligarquias mostraram resistência como relata Alban (2005).

Ainda que não aprovado pela Assembléia Legislativa (em razão das resistências das oligarquias rurais), o PLANDEB, especialmente em sua estratégia industrial, não deixou de ser implementado pelos governos de Balbino, Juracy Magalhães (1959 – 1963) e todos que os sucederam até o final da década de 1980. (ALBAN, 2005, p. 86).

O plano era necessário, visto que a economia do Estado se mantinha dependente da agricultura, (vulnerável a realidade da seca), e do comércio externo (instabilidade dos termos de troca), impossibilitando a diversificação da produção, o desenvolvimento da indústria, de trazer melhores resultados para o mercado local e se desenvolver em um patamar nacional.

É interessante observar, conforme aponta Alban (2005), que o Plandeb foi desenvolvido quase que concomitantemente ao plano elaborado pelo Grupo Técnico para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), sob a coordenação de Celso Furtado. Embora contemporâneos, esses planos eram muito distintos. Enquanto o do GTDN indicava um modelo autônomo, propondo repetir, no Nordeste, a industrialização substituta de importações, que ocorria no Sudeste, o Plandeb, ainda que de forma não clara, indicava uma estratégia de integração ao desenvolvimento do próprio Sudeste (ALBAN, 1990 *apud* ALBAN, 2005, p.87).

De forma simples pode-se dizer, que a estratégia de industrialização proposta pelo Plandeb era baseada na produção de bens intermediários. A partir das matérias-primas existentes, tendo como finalidade agregar valor à produção local, para atender aos novos mercados, no Sudeste, criados pela substituição de importações conforme Alban (2005), que apresenta suas expectativas em relação ao processo de industrialização baiano.

Em termos econômicos, essa opção foi, sem dúvida, a mais acertada. Voltando-se para mercados externos, e valendo-se também de uma forte articulação para a atração de investimentos estatais, ela não

tinha as restrições do mercado local. Desse modo, sempre que a economia do Sudeste se expandia, a economia baiana, ainda que com algum retardo, crescia paralelamente. Com esse processo, a Bahia sustentou taxas de crescimento significativamente superiores às médias nacionais, superando a primazia de Pernambuco, no Nordeste, e transformando-se na sexta maior economia estadual do país. (ALBAN, 2005, p.86).

Assim, para atender a esse processo de industrialização voltado para as demandas do mercado do Sudeste, foi implantada uma infraestrutura de transportes, ligando a Bahia, assim como o Nordeste a aquela região, o que já se fazia de modo preconizado pelo contexto do planejamento estadual, com o objetivo do escoamento da produção, e, também, a interiorização do desenvolvimento com a ocupação dos grandes espaços vazios e a ampliação do mercado local (SPINOLA, 2003).

O Plandeb visava alterar a estrutura básica da economia estadual através de uma industrialização intensiva. Tinha como finalidade a criação de um parque industrial baiano, contribuindo para a redução do desemprego, aumentar o consumo de matéria prima, promover a modificação na estrutura do comércio e criar condições para a importação de bens de produção e artigos de consumo mais elaborados (SPINOLA, 2003).

De acordo com Carvalho (1988, p. 77) o Plano era uma forma de contribuir com o Plano diretor do desenvolvimento do Nordeste e da SUDENE, que trazia propostas de ação para o governo local e indicações para ação do governo federal no estado, além de formatar programas básicos de desenvolvimento municipal, tratando ainda da produção de investimentos pesados.

Com isso parecia que os elementos necessários ao processo de industrialização do Estado da Bahia entre as décadas de 1950 a 1980, já estavam definidos, ou seja, já havia sido criada a base, o aporte teórico como forma de subsidio ao esperado desenvolvimento econômico, em conjunto com a liderança governamental. Para tanto se fazia necessário romper com os laços coloniais, ou seja, condição local de produtor de bens primários.

Em síntese, é possível compreender que o Plandeb, foi um projeto criado com a finalidade de minimizar a desigualdade regional que assolava na Bahia dos anos (1930 a 1960), e por conseguinte a região Nordeste, devido ao

abandono das atividades econômicas aqui vigentes por parte do governo federal. Contudo as propostas realizadas pelo plano não foram aceitas pelo governo local, e as mesmas entraram para o esquecimento provisório e que mais tarde serviriam de base para outros planos de ação do governo federal.

A partir de 1964, quando é implantado um novo governo, através do “golpe militar”, o mesmo trouxe a tona um governo ditatorial, e que tirou a autonomia de todos os estados. A partir disso, todo o planejamento estadual compreendido no período de 1964 à 1983, estavam baseados em diversas diretrizes retratadas pelo Plandeb, sendo realizadas no plano nacional, através da disseminação de seus programas e projetos, que foram devidamente negociados com cada governo estadual.

A partir daí projetou-se a necessidade de diminuir a desigualdade regional, criando em cada um dos estados um estímulo ao desenvolvimento da indústria a partir da descentralização espacial dos projetos de investimento, que antes eram focados na região Sul e Sudeste.

4.1.3 Seca

A seca é um fenômeno climático que é causado pela falta de chuva em um determinado local por certo período de tempo, ou seja, o tempo seco de longa duração. Durante o período de seca, a água disponível fica muito longe de atender as necessidades habituais de uma dada região geográfica, assim o contingente de água fica insuficiente para satisfazer as necessidades humanas, animais e vegetais.

A causa mais comum da seca é a falta de chuvas. Quando não há chuvas por períodos prolongados, fica impossível de se manter uma reserva em água causando uma desigualdade entre a disponibilidade de água e a sua procura.

A seca é considerada como um dos fatores determinantes da pobreza no estado da Bahia, pois uma área considerável do estado faz parte do semiárido. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE a Bahia possui 417 municípios e desses 265 fazem parte da região do

semiárido baiano, assim, mais de 50% dos municípios baianos encontram-se em área de seca.

Tanto que o Plandeb já trazia questões que norteavam minimizar os estragos causados pela seca. O trabalho realizado era no sentido de desenvolver pesquisas para promover alguma forma de atividade econômica capaz de trazer sustento e alimento para o semiárido baiano e diminuir os problemas causados pela seca.

Este plano tinha por proposta sugestões estratégicas de combate à secas a partir de programas, onde a seguir podem ser destacados quatro conforme Spinola (2003):

- a) a organização econômica para resistir as secas, através da organização da economia agrícola e do abastecimento pelo sistema Fundo de Desenvolvimento Agroindustrial da Bahia – Fundrago;
- b) a organização para emergência nos momentos de seca, objetivando garantir trabalho e assegurar renda para evitar migrações;
- c) a implementação de culturas resistentes á seca e a criação do programa de pesquisa de recursos e seu aproveitamento;
- d) criação de um programa permanente de reservas de água e irrigação e um programa de pequena açudagem, poços e irrigação individual. (SPINOLA, 2003, p. 81).

Ainda em Spinola, (2003) no que se refere aos cuidados de emergência, o Plandeb sugeria quatro pontos no intuito de garantir o emprego:

- a) elaboração e formação de reservas de projetos com indicação de propriedades e constituição de catálogos de projetos em construção, a fim de serem acelerados com a verba federal de emergência;
- b) sistema de crédito pelo BNB ou pelo Bandeb para fornecer aos proprietários rurais a capacidade de pagar salários, numa época de frustração de safras, e para a realização de obras e instalações de interesse permanente;
- c) organização de arsenais de equipamentos para propiciar trabalho pronto aos flagelados;
- d) informações objetivas e prontas sobre meteorologia e condições de agricultura. (SPINOLA, 2003, p.81).

De acordo com Carvalho (1988, p. 77), o Plano era uma forma de contribuir com o Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste e da SUDENE, apresentou propostas de ação para o governo local e indicações para ação do governo federal no estado, além de formatar programas básicos de

desenvolvimento municipal, tratando ainda da produção de investimentos pesados com a finalidade de diminuir a pobreza causada pela seca.

Assim, com os investimentos adequados o semiárido passaria a ser qualificado como uma área de características adequadas para produzir alimentos, bem como para gerar a fluidez de um mercado consumidor, isso devido ao fato da região sobreviver da produção de alimentos e esta produção não poder ser trabalhada da forma adequada, consecutivamente não vai gerar o montante de renda necessário para movimentar a economia.

Os moldes da produção se reduziam a questão da produção para subsistência, isso devido à seca. Para tanto, era necessário se fazer um novo projeto, que mudasse esta base da organização produtiva local e, que se adaptasse à condição edafoclimática.

Algumas das partes do Plandeb, no que diz respeito à seca foram executadas, como a implantação de agências de fomento para financiar lavouras, a implementação de culturas que fossem mais resistentes à seca, programa de irrigação, etc... Muito embora essas ações tenham sido executadas, não conseguiram trazer o desenvolvimento para o semiárido baiano. Contudo, foi apresentado ao povo do semiárido a possibilidade de se conviver com a seca e continuar produzindo independente dela.

A Figura 4 mostra a delimitação de toda a região do semiárido baiano. É possível visualizar a extensão dessa área de seca, mais da metade dos municípios da Bahia vivem em condição de estiagem. A seca limitou por muitos anos o desenvolvimento da agricultura, restringindo a atividade desenvolvida na região.

Figura 4 - Semiárido baiano – área afetada pela seca



Fonte: Superintendência de Proteção e Defesa Civil – SUDEC (2013).

Para pontuar melhor esta questão da seca no semiárido baiano, bem como em todo o Nordeste segue Tabela 4 mostra os dados da cronologia das secas na região.

Do século XVI ao século XX é possível notar que a seca se fez muito presente, consecutivamente a intervenção da seca pode ter causado danos ao processo de desenvolvimento das culturas praticadas pela região do semiárido baiano.

Tabela 4 - Brasil, região Nordeste - Cronologia das secas (1553 - 1998)

ANOS/ PERÍODOS					
1553	1652	1776-1793	1843-1845	1914-1915	1976
1559	1690-1692	1819	1857-1861	1930	1979-1984
1564	1724	1823	1877-1879	1950-1952	1986-1988
1583	1731-1732	1824-1825	1896-1898	1958	1990-1996
1592	1734-1735	1833-1834	1898-1900	1970	1998

Fonte: Sudene/ Codevasf apud Spinola, 2003, p.82.

É importante salientar que os planos de ação do governo, o Plandeb e o GTDN, poderiam trabalhar juntos no intuito de trazer para a Bahia o desenvolvimento alcançado pela região Sudeste do país mais, conforme apresenta Spinola (2003) essa conformidade não era possível, uma vez que, havia conflito de interesses particulares que dificultava a execução inclusive por parte do governo em tratar suas metas. Segundo ainda Spinola (2003), o oportuno Plandeb não foi aprovado pela Assembleia Legislativa, pois dentro do

próprio governo de Juracy Magalhães (1959 – 1963), haviam reações contrárias ao projeto.

Outra questão que deve ser abordada em relação ao Plandeb, é o desenvolvimento de uma zona industrial em torno da capital baiana, a chamada Região Metropolitana de Salvador.

4.1.4 A Região Metropolitana de Salvador

A Região Metropolitana de Salvador – RMS, deu início a uma zona industrial no estado baiano, ou melhor, ao processo de industrialização da Bahia. Isso, devido à região ser abundante nos recursos necessários ao início desse distrito industrial.

De acordo com Alban (2005), observa-se que a dinâmica de industrialização polarizou todo o processo de crescimento aos arredores da capital Salvador. De fato, iniciada, no final dos anos 50, com a RLAM – Refinaria Landulfo Alves, no município de São Francisco do Conde, a moderna industrialização dos bens intermediários se dará sempre na RMS. Assim, nos anos 60, tem-se a implantação do Centro Industrial de Aratu - CIA, em Candeias e Simões Filho; nos anos 70, vive-se o auge desse processo, com a implantação do Polo Petroquímico, em Camaçari; e nos anos 80, por fim, essa dinâmica se consolida com a metalurgia do cobre da Caraíba Metais, implantada em Dias D'Ávila (ALBAN, 2005, p.93).

Ainda de acordo com Alban (2005), deve-se acrescentar que o crescimento não foi apenas industrial. Além dos serviços empresariais, naturalmente demandados com as grandes empresas produtoras de bens intermediários, surgiu também toda uma nova classe média urbana que, por sua vez, sobretudo em Salvador, engendrou o desenvolvimento do comércio e o surgimento de inúmeras pequenas e médias empresas de serviços. Assim, com a industrialização, Salvador e a RMS cresceram aceleradamente, gerando fortes economias urbanas e elevados padrões de IDHs. (ALBAN, 2005, p. 94).

Para Alban (2005) caso a Bahia fosse um estado territorialmente pequeno, ou seja, se Bahia se restringisse ao Recôncavo, ou mesmo ao conjunto das regiões litorâneas, essa dinâmica, a exemplo do que ocorre com os estados do primeiro grupo, seria certamente suficiente para colocá-la entre

os 10 maiores IDHs do país. O mesmo acontece, com a dinâmica que acontece no oeste do estado. Nessa macrorregião, a Bahia é um imenso vazio demográfico vivenciando uma forte expansão agrícola e agroindustrial. Caso a Bahia se resumisse ao Recôncavo juntamente com o Oeste, seria um Estado “rico”, por assim dizer.

Pode-se dizer Alban (2005, p.94) que a infra-estrutura de transporte e energia do estado foi planejada e implantada para atender apenas a RMS e o litoral do estado. Assim, é muito difícil desenvolver o interior do estado. A população, por outro lado, salvo a residente na RMS, está dispersa pelo campo e numa miríade de pequenos municípios, quase todos com pouquíssima infra-estrutura. Dessa maneira, não é de se estranhar que Salvador detenha 18,7% da população do estado e, junto com os demais municípios da RMS, alcance a marca de 23,1%. Acrescendo a esse montante a população de Feira de Santana, que numa visão ampliada também compõe a RMS, chega-se à marca de 26,8%. (ALBAN, 2005, p. 94).

Assim, para Alban (2005), que existe uma concentração da renda na RMS:

Em termos do PIB, essa concentração é ainda maior, com a RMS representando quase 47% de toda a riqueza gerada. Fora da RMS, por outro lado, excluindo-se Feira, somente Vitória da Conquista ultrapassa ligeiramente a marca de 2% da população. Já a participação de Vitória da Conquista no PIB não chega a 1,3%. Como se observa, a Bahia é um estado sem cidades médias. Dessa maneira, quase só se tem economia urbana na RMS, o que faz com que a população, sem maiores alternativas no interior, migre para a mesma de forma excessiva, engendrando problemas crescentes de favelização, violência e desemprego, mesmo com todo o dinamismo da região.

É possível dizer que a industrialização da RMS, apesar de ter trazido muitos benefícios a Bahia, não conseguiu atingir o crescimento desejado mas, foi o início do setor dinâmico industrial para o estado.

4.2 SALDOS DO PRODUTO DO SÉCULO XX

De acordo com Spinola (2009), o governo do estado baiano no momento Campos Sales (1898–1902), era conservador e a favor do capital agrário, exportador mercantil e era contra a política industrial de Ruy Barbosa.

Assim, fica claro que todos os esforços deste governo foram com a intenção de manter a questão do agroexportador em evidência para o Estado, minimizando qualquer perspectiva de desenvolvimento à indústria.

Para tanto, a Tabela 5 mostra dados da Balança Comercial da Bahia (comércio exterior) - 1901-1930, apresentada ao Governo do Estado da Bahia, como justificativa para a criação do Banco de Crédito da lavoura da Bahia, que foi o primeiro instituto criado para viabilizar o crédito à atividade agrícola baiana, a Tabela 5, pode mostrar outros resultados a respeito da Balança Comercial baiana no período de 1901-1930.

Tabela 5 - Balança Comercial da Bahia (comércio exterior) – 1901-1930

ANOS	VOLUME EXPORTADO		VALOR EXPORTADO (*)		VOLUME IMPORTADO (t)		VALOR IMPORTADO (*)		SUPERAVIT OU DEFICIT (*) E = (B - D)
	(t)	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)		
1901	87.302		3.120	...	1.396		1.724		
1902	98.497		2.592	...	1.486		1.106		
1903	69.453		2.649	...	1.527		1.122		
1904	67.299		2.886	129.402	1.527		1.359		
1905	60.215		2.991	132.201	1.846		1.145		
1906	76.504		3.707	160.457	1.961		1.746		
1907	88.321		4.261	144.407	2.616		1.645		
1908	65.415		3.633	149.582	2.087		1.546		
1909	99.826		4.097	138.904	1.831		2.266		
1910	88.875		4.465	175.101	2.500		1.965		
1911	74.581		4.176	188.480	2.714		1.462		
1912	75.435		4.518	254.299	3.464		1.054		
1913	69.455		4.121	269.348	3.546		575		
1914	77.619		4.082	153.808	1.803		2.279		
1915	92.703		5.262	115.897	1.561		3.701		
1916	83.474		5.298	107.120	1.908		3.390		
1917	127.131		5.433	69.749	1.914		3.519		
1918		
1919	137.749		13.079	89.523	3.510		9.569		
1920	121.054		8.746	101.618	5.091		3.655		
1921	94.809		4.649	59.377	2.059		2.590		
1922	128.620		5.082	87.593	1.920		3.162		
1923	144.505		5.164	71.859	1.657		3.507		
1924	132.540		6.323	113.483	2.214		4.109		
1925	141.979		7.259	133.133	2.635		4.624		
1926	130.878		7.297	122.118	2.569		4.728		
1927	144.133		8.265	127.254	2.521		5.744		
1928		
1929	129.703		6.119	127.636	2.534		3.585		
1930	135.158		4.609	135.079	1.840		2.769		

Fonte: Bahia (apud SPINOLA, 2009, p. 105).

Nota: (*) valores em 1.000 libras esterlinas.

Avaliando os volumes (Tabela 5) é possível observar que o volume importado é maior que o volume exportado em pelo menos 15 dos primeiros anos do século XX, dando continuidade ao que já vinha acontecendo no século XIX.

Tabela 6 – Balança Comercial baiana (comércio exterior) – (1932-1936)

ANOS	UNIDADE	EXPORTAÇÕES	IMPORTAÇÕES	SUPERAVIT
1932	Toneladas	146.855	88.304	58.551
1933	Toneladas	144.612	87.168	57.444
1934	Toneladas	172.159	80.673	91.486
1935	Toneladas	192.535	94.772	97.763
1936	Toneladas	223.041	74.353	148.688
TOTAL	Toneladas	879.202	425.270	453.932
1932	Contos de reis	198.245	42.185	156.060
1933	Contos de reis	170.775	55.190	115.585
1934	Contos de reis	241.861	60.626	181.235
1935	Contos de reis	294.295	91.633	202.662
1936	Contos de reis	416.035	91.461	324.574
TOTAL	Contos de reis	1.321.211	341.095	980.116
1932	Libras esterlinas	2.898.993	608.888	2.290.105
1933	Libras esterlinas	2.162.287	716.230	1.446.057
1934	Libras esterlinas	2.475.838	617.489	1.858.349
1935	Libras esterlinas	2.342.729	655.065	1.687.664
1936	Libras esterlinas	3.339.624	644.917	2.694.707
TOTAL	Libras esterlinas	13.214.471	3.242.589	9.971.882

Fonte: Mensagem do governador Juracy Magalhães e Assembleia Legislativa do Estado da Bahia em 2 de julho de 1937 apud Spinola (2009).

Essa mudança do volume exportado transforma-se passa a superar o volume importado a partir do momento em que se intensifica a exportação de café, bem como a inserção do cacau como produto agora voltado para o comércio exterior.

O volume de produção, tanto quanto, das exportações são consideráveis. Contudo, mesmo ainda não é o suficiente para trazer o desenvolvimento para o estado da Bahia, ainda vamos encontrar uma renda concentrada e uma população que vive em estado decadente.

Mesmo que o comércio com as exportações do Estado venham crescendo e tenha atingido o *superávit* como mostra a Tabela 6 Balança Comercial baiana (comércio exterior) – (1932–1936), existia a expectativa de se aprimorar o meio de produção e de inserir a indústria dinâmica na economia

local. A esta época a Bahia estava no momento de “involução industrial”, projetando-se o processo de planejamento para desenvolvimento do estado.

Ainda era forte até meados de 1950 a questão da manipulação em favor a atividade agrícola que, além não agregar valor ao processo produtivo suficiente para gerar poupança para o estado, não é possível gerar investimento para outras áreas que poderiam trazer este benefício, como no caso, o estímulo a indústrias tradicionais que poderiam vir a subsidiar as pesadas por exemplo.

Apesar da quantidade que é exportada superar a quantidade que é importada na Balança Comercial do início do século XX (Tabela 6), é possível notar que em relação a valores (Tabela 7), pode-se constatar que o valor das importações superam as exportações criando uma situação de déficit no Estado da Bahia neste período.

Isso leva a crer que embora a quantidade exportada seja em alguns momentos superior as importações, é possível se vislumbrar que estas exportações ainda sejam de produtos primários levando o Estado a importar produtos mais industrializados. A Tabela 7 vai considerar a Balança Comercial em números (\$)

Tabela 7 – Balanço importações gerais X exportações gerais do Estado da Bahia – (1932-1936)

ANOS	IMPORTAÇÃO GERAL	EXPORTAÇÃO GERAL	SUPERÁVIT/ DÉFICIT
1932	253053	263778	-10725
1933	292701	254475	38226
1934	348256	344539	3717
1935	428908	427512	1396
1936	481771	566036	-84265
TOTAL	1804689	1856340	-51651

Fonte: Mensagem do governador Juracy Magalhães e Assembleia Legislativa do Estado da Bahia em 2 de julho de 1937 apud Spinola (2009).

O saldo das contas para o início do século XX, do Estado da Bahia, é ainda um resultado que ainda está muito longe de ser o necessário para que se tenha uma melhoria no sentido do desenvolvimento econômico do estado. As contas se encontram negativas e não há a formação de poupança, somados a

isso o estado ainda não possui indústria, o que acaba por dificultar o possível encontrar o desenvolvimento econômico.

Ao longo do século XX, pode ser vista várias mudanças na estrutura industrial do país (o processo de substituição de importações), entretanto, esta estruturação não chegou ao estado da Bahia, a meta desejada atingiu apenas as regiões já desenvolvidas do país. O processo de substituição de Importações (1930–1945) se restringiu as áreas de maior população e desenvolvimento que era a região Sul e Sudeste. O segundo momento do processo de industrialização com o PND, a partir da implantação das indústrias de base, e de capital também se restringiram as áreas já desenvolvidas do país, apenas em um terceiro momento os demais estados, a exemplo da Bahia, tiveram a oportunidade de participar do processo de industrialização, isso a partir de 1964.

Fica entendido que a disparidade encontrada entre os estados do Brasil, muitas vezes foram causadas por falta de políticas do governo voltadas para desenvolver as regiões de modo igual e, em muitas outras por falta de investimento do empresariado local, para desenvolver um tipo de indústria que requeresse mais tecnologia e mão de obra especializada.

No século XX, ocorreram mudanças que modificaram a estrutura agrária da Bahia. A mudança ocorreu no sentido da implantação de uma indústria diferente da tradicional, com o desenvolvimento da RMS.

Cabe ainda relatar que no que tange a agricultura do estado da Bahia o cacau foi a cultura de maior destaque no início do século XX, conforme relata Almeida (2009):

Em 1893 se registrou uma exportação superior a 100.000 sacos. Em 1911 superou a 500.000 sacas. A Bahia sucedeu ao Equador em 1905 como maior produtor mundial. Competindo com S. Tomé. Para o fim do século em diante, as tradicionais plantações do Pará se haviam desorganizado até o quase aniquilamento pelas cheias e pela atração da borracha. Mas, as plantações coloniais africanas concorrentes começaram a se preparar. Não obstante exportar cêca de 1.000.000 de sacas em 1920, a participação no comércio mundial diminuía. (ALMEIDA, 2009, p.90-91).

O cacau fez o produto do estado se elevar no início do século XX, porém a renda que foi gerada com esta atividade foi toda alocada para investimentos fora da Bahia, segundo Spinola (2009).

De acordo com Almeida (2009, p.90) o cacau surgiu aos poucos, tomando vulto depois de 1890. E foi providencial para a retomada da atividade econômica baiana. As exportações do açúcar e outros produtos secundários, sofriam uma crise cada vez maior.

Ainda de acordo com Almeida (2009) a população crescente do Recôncavo e municípios vizinhos encontrou uma esperança. A zona cacauera, sobretudo Ilhéus e Itabuna, mas também desde a Barra do Rio de Contas até Belmonte, atrai os mais enérgicos aventureiros disponíveis, inclusive de Sergipe. E pontua: “em 1893 se registrou uma exportação superior a 100.000 sacos. Em 1911 superou a 500.000 sacas.” (ALMEIDA, 2009, p.90).

De acordo com Almeida (2009) a Bahia sucedeu ao Equador em 1905 como maior produtor mundial. Competindo com S. Tomé. Contudo, a questão da infraestrutura e mão de obra ainda não eram o desejado:

O transporte, as condições gerais de negócio e a ignorância de grande parte dos plantadores, o número destes, impediam um melhor tratamento do cacau. A qualidade sempre foi baixa na grande massa das exportações. Cerca de 3/4 não atingiam o tipo “superior”. A padronização era difícil, quase inexistente, apesar da manipulação dos depósitos de exportação. Não parece, porém, que a fraude tenha sido um fator importante, como em outros produtos. Entrementes, a procura mundial crescia. A Bahia foi vencida pela Costa do Ouro, depois de 1910. Este fato, porém, e a própria instabilidade dos preços, não anularam a vantagem do cacau relativamente a outras culturas, e a produção bahiana foi também crescendo. Em 1935 estava duplicada a cifra de 1920. Mas nessa época a Costa do Ouro já atingia mais do duplo da produção brasileira. (ALMEIDA, 2009, p. 91).

De acordo com Alban (2009) O cacau, embora se desenvolvendo, como o café, desde o final do Século XIX, não tinha condições para impor uma dinâmica de grandes proporções na Bahia. De um lado havia as limitações de um mercado internacional relativamente estreito. De outro, havia as limitações internas – edafoclimáticas e de infraestrutura – que inviabilizavam a expansão acelerada da lavoura. Assim, mesmo com um preço relativo muito superior ao café, o desenvolvimento engendrado pelo cacau era limitado. Conforme destaca Almeida (2009):

Destaquemos como traços característicos dessa história atual, que é outro episódio admirável de desbravamento, em que o comércio e o homem do povo não foram assistidos de orientação e facilidades: as flutuações de preços e mercados que, associados à falta de transportes, de comunicações, de crédito e à impossibilidade de armazenamento, permitiam o fácil controle pelos importadores estrangeiros e o melhor proveito dos grandes intermediários e únicos financiadores e informantes; a imprevidência e megalomania de grande parte dos lavradores nas épocas boas: o completo abandono das produções de abastecimento em razão do próprio sistema, o que poderia ter sido suprido em parte por uma política corretiva; e afinal o fato de que, numa zona despreparada, em vez de promover o Estado as inversões públicas necessárias a utilizar toda a produtividade potencial da zona, êle lançou mão avidamente das receitas do cacáu para cobrir as aperturas crônicas de um orçamento sobrecarregado com um grande território carente de pequenos e estéreis auxílios, e sobretudo com a necessidade de dar empregos públicos a desempregados de todas as categorias. Foi o Estado um fator de descapitalização e até hoje a zona do Sul, que é o novo núcleo econômico do Estado, não superou certas precariedades iniciais, nem mesmo a melhor integração com o Sudoeste e o Recôncavo. (ALMEIDA, 2009, p.91).

Acrescenta Alban (2005) ao não participar do dinamismo do café, a Bahia, como todo o Nordeste, passa a perder posição relativa na economia nacional. Essa perda não é apenas quantitativa. Ocorre que, para expandir a cafeicultura, promove-se no último quartel do Século XIX, uma intensa imigração de europeus provocando profundas transformações sociais. O imigrante europeu não é apenas um substituto assalariado do antigo escravo, ele é também o criador e difusor de novos padrões culturais, empresariais e tecnológicos, fundamentais ao desenvolvimento do capitalismo urbano-industrial.

Ainda de acordo com Alban (2005), na Bahia, a cultura do cacáu também contou com imigrantes europeus. Estes, entretanto, constituíam uma ínfima minoria, envolvida quase sempre com a comercialização. A grande maioria dos trabalhadores era, na prática, formada por nordestinos, expulsos pela seca e pela estagnação da lavoura açucareira. Assim, ao iniciar-se a industrialização brasileira, a Bahia, e todo o Nordeste, observam perplexa sua mutação de região hegemônica em região periférica do novo sistema. É essa perplexidade, que atinge seu auge nos anos 1950, que constituirá o famoso “enigma baiano”.

5 O BALANÇO DE DOIS SÉCULOS DA ATIVIDADE EXPORTADORA DA BAHIA

O balanço aqui abordado se refere a visualizar se houve algum tipo de oscilação na Balança Comercial da Bahia do século XIX para o século XX. Mais precisamente uma modificação na estrutura das relações comerciais que podem motivar a uma modificação do cenário econômico de modo significativo.

A própria economia com o passar dos anos, nesse caso séculos, vai requerer um processo de modernização da produção. Essa modernização diz respeito tanto a investimento quanto tecnologia e no caso da Bahia, a inserção no contexto da industrialização intensiva que ainda não se fazia presente ao início do século XX.

Portanto, Krugman (1991) vai inserir esse novo contexto da economia através da sua teoria da localização, trazendo uma singularidade com a questão do “novo comércio” e o “novo crescimento”, que se apresentam.

A Bahia apresenta um padrão de exportação que vem do século XIX para o início do século XX, mantendo sua base comercial com a produção de produtos agrários e do setor primário. Esse cenário cria condições de se modificar a partir do processo de industrialização da Bahia na segunda metade do século XX, mais precisamente no período de 1950-1996, o qual houve uma concentração de investimentos na Região Metropolitana de Salvador, com a finalidade da produção de intermediários, em especial químicos e petroquímicos.

Sendo o padrão de exportação ainda baseado no setor primário, é possível que haja a deterioração dos termos de troca pois, o país inserido nesse contexto, baixo grau de industrialização, fica em condição desfavorável nas relações de troca. É perceptível no processo do comércio internacional que os produtos primários, e até mesmo os manufaturados, tem uma significativa desvalorização frente aos produtos industriais, uma vez que, o valor agregado pelos seus componentes é sem dúvida diferente, ou seja, o processo produtivo deve agregar mais valor, e é sem dúvida aquele que engendrou muito mais precisão, e trabalhos cada vez mais específicos em seu processo de

confeção, sendo assim, o seu valor consecutivamente o produto final será mais valioso.

Há tratados para minimizar estas disparidades comerciais (um exemplo são os Blocos Econômicos), mas este é um tocante que deve ser analisado de forma mais específica, não que seja o propósito deste trabalho, entretanto, é perceptível que mesmo com os tratados e acordos comerciais, os países que empregam tecnologia inferior e industrialização, não possuem favorecimento nesse mercado internacional além de, ficarem suscetíveis a qualquer vulnerabilidade desse mercado. A exemplo disso, observou-se os declínios e ascensões dos conhecidos “Ciclos Econômicos”, no Brasil, no período ainda colônia, a “Crise do Café”, que já vinha desde a Primeira Guerra Mundial, que intensificou pela Crise de 29 e outros eventos que podem ser citados ao longo deste século.

Mas, o propósito é salientar a sensibilidade da economia que não tem capacidade de se industrializar, neste caso, partir do princípio de que um país agroexportador para se tornar um exportador de produtos industriais, o mesmo deve modificar completamente seus recursos produtivos, sua mão de obra, e a sua capacidade tecnológica, e isso vai lhe demandar tempo e acima de tudo tecnologia e eficiência que não carecem de aparecer em curto prazo de tempo. A especialização é um processo que demanda tempo e investimento, com como, o aperfeiçoamento da técnica, principalmente para uma competição à nível internacional.

Desde o século XIX, os países que eram tidos como subdesenvolvidos, possuíam relações comerciais com as nações desenvolvidas, exportando aqueles produtos advindos das chamadas “vantagens comparativas”, assim, puderam se especializar devido a sua abundância de recursos e importar os bens que os países mais desenvolvidos produziam em escala superiores ao seu consumo, no intuito de escoar a sua produção.

O exemplo, da especialização brasileira apresenta-se o ciclo do café, e o ciclo da cana-de-açúcar e além deles, outros produtos agrícolas que até hoje são exportados para os países desenvolvidos. Percebe-se, portanto, um tipo de relação comercial que foi altamente benéfico para o desenvolvimento destes países, sendo por aumentos de renda que proporcionavam as vantagens, ou

como uma possibilidade de mudança social e desenvolvimento tecnológico, que se perpetuavam por intermédio do comércio entre estes países.

Independente do seu grau de desenvolvimento, o que realmente deve ser analisado é em que medida essa relação é importante para ambos os lados e por quê? *A priori* o intuito é aumentar o estado de bem estar da nação e consecutivamente o nível de renda local e por fim atingir o desenvolvimento. Este trabalho então tem como pretensão avaliar, se as exportações do Estado da Bahia vêm apresentando o desejado crescimento nos dois séculos, a fim de mostrar o melhoramento (ou não), da participação do Estado no contexto nacional e internacional.

O comércio internacional moderno de Krugman, trás consigo uma características peculiares que são “*i) a eficiência de escala; ii) das vantagens decorrentes de uma oferta abundantes de mão de obra; e iii) da troca de informações que ocorre quando empresas do mesmo setor situam-se próximas umas das outras*” (KRUGMAN, 1998, p.50). Então, está dinâmica torna possível o processo de especialização da produção, o que permite aos produtores limitarem cada vez mais a variedade de bens com a finalidade de ter mais eficiência, com uma produção cada vez maior.

Cabe aqui então, analisar se o processo de industrialização inserido no contexto do século XX proporcionou os condicionantes para inserir a Bahia, nos moldes do “novo comércio” de Krugman, tornado a Bahia em um estado desenvolvido. Para isso, vai ser necessário avaliar os resultados obtidos nos dois séculos de estudo (XIX e XX), o que mostrará se o Estado da Bahia apresentou os condicionantes necessários para trazer o seu crescimento e desenvolvimento local.

De acordo com Strassburg, Souza e Eberhardt (2013) existe na literatura um grande dilema sobre a definição de desenvolvimento econômico em fins da Segunda Guerra Mundial, onde se estabeleceu uma diferença entre os termos crescimento e desenvolvimento econômico. De acordo com a corrente neoclássica o crescimento econômico significa a expansão do produto real da economia, sem implicar mudanças estruturais e distribuição de renda. E no que diz respeito ao desenvolvimento implica mudanças estruturais, culturais e

institucionais não levando unicamente em consideração o aumento de renda per capita, pois o desenvolvimento é muito mais abrangente que isso.

Com isso, conclui-se a Segunda Guerra Mundial foi o escopo para que houvesse estudos sobre o desenvolvimento econômico com diferentes visões e que diversos países considerados desenvolvidos passassem a ser como nos subdesenvolvidos.

Pessoti (2006, p.78) relata que o indicador dado pelo PIB mede tão-somente a geração das riquezas e não a sua distribuição. Isso porque PIB representa a expressão monetária do conjunto de todos os bens e serviços finais que são gerados em uma determinada economia em um determinado período de tempo. Embora a definição acabe dando a esse indicador mais importância do que ele realmente mereça [...] Com base na definição de desenvolvimento econômico de Strassburg, Souza e Eberhardt (2013), produzir não é o suficiente para se ter o desenvolvimento, isso vai muito além deste ponto e inclusive envolve algumas variáveis como por exemplo; a distribuição de renda, sendo assim, se traduz que o PIB é um indicador necessário mas, não o suficiente para trazer benesses para uma dada localidade.

Ainda para Pessoti (2006, p.79), tratando agora da questão da economia local, pontuando a inclusão da economia baiana na divisão nacional do trabalho a mesma se apresenta da seguinte forma: a) o Estado da Bahia é um centro de geração de divisas para o país; b) é produtor de bens intermediários e matérias-primas para a indústria instalada no Sudeste do país; c) é um grande mercado consumidor de produtos finais vindos das regiões Sudeste e Sul do país; d) ainda é fornecedor de mão-de-obra, uma vez que perde população, com os processos migratórios.

Com base nas Informações de Pessoti (2006) a respeito da inserção da Bahia na divisão nacional do trabalho, fica nítida que a inclusão da Bahia é apenas no sentido de subsidiar a atividade efetivamente industrial que é desenvolvida na região Sudeste do país.

De acordo com Strassburg, Souza e Eberhardt (2013) o desenvolvimento econômico é derivado da expansão do produto real de uma economia, melhor distribuição de renda e melhorias do bem-estar da

população, e medido por indicadores econômicos e sociais. Quando uma sociedade prioriza o bem-estar social, a concepção de desenvolvimento torna-se predominante em relação ao crescimento econômico.

Ferreira Lima, Perroux, Furtado (1977, 2003, 2009) apud Strassburg, Souza e Eberhardt (2013). Diversos autores têm discutido que o crescimento econômico não se dá de forma igualitária por toda região, o desenvolvimento é desigual no tempo e no espaço e é um processo histórico, assim, devido às diferenças internas, existem cidades com elevadas taxas de crescimento e desenvolvimento socioeconômico, enquanto há outras com baixas taxas ou com taxas negativas de crescimento.

5.1 O PRODUTO DA BAHIA

A Tabela 8 mostra dados das principais mercadorias de exportação do Brasil (1821-1950), apresenta os bens que eram exportados pelo Brasil do século XIX ao século XX, ou seja; café, açúcar, algodão, peles e couros e borracha. Analisando estes produtos, é visível que nenhum deles passou por um processo produtivo pesado antes de vir a ser comercializado, ou melhor, nenhuma dessas mercadorias pode ser considerada um bem que necessitou de muito investimento ou tecnologia para ser desenvolvido e em seguida ser comercializado no mercado internacional.

Tabela 8 – Principais Mercadorias da Exportação Brasil (1821-1950)

	Café	Açúcar	Algodão	Peles e Couros	Borracha	TOTAL
1821/30	18,63%	32,21%	19,96%	13,77%	0,06%	84,63%
1831/40	43,78%	24,02%	10,98%	7,92%	0,35%	87,05%
1841/50	41,29%	26,74%	7,47%	8,62%	0,39%	84,51%
1851/60	48,78%	21,18%	6,21%	7,24%	2,24%	85,65%
1861/70	45,25%	12,04%	18,37%	6,01%	3,18%	84,85%
1871/80	56,44%	11,87%	9,51%	5,52%	5,49%	88,83%
1881/90	61,70%	9,96%	4,24%	3,19%	7,69%	86,78%
1891/00	63,84%	5,66%	2,48%	2,48%	15,83%	90,29%
1901/10	51,46%	1,24%	2,12%	4,36%	27,94%	87,12%
1911/20	52,40%	3,19%	1,98%	6,41%	11,44%	75,42%
1921/30	69,56%	1,44%	2,41%	4,62%	2,50%	80,53%
1931/40	50,03%	0,49%	14,28%	4,39%	1,08%	70,27%
1941/50	46,11%	0,78%	11,35%	3,26%	0,97%	62,47%

Fonte: IBGE - Anuário Estatístico do Brasil (1952).

Com base nos principais produtos que são exportadas pelo país desde fins do século XIX e meados do século XX, é possível averiguar que estas atividades ainda não foram capazes de desenvolver uma cadeia produtiva que vá desenvolver o capital necessário para deixar a Balança Comercial positiva. Relacionando a mesma com a Tabela 3, que retrata a Balança Comercial do

Estado da Bahia no século XIX, que neste caso foi deficitária, como é possível gerar poupança?

Comparando os produtos que eram exportados pelo Brasil no século XIX e XX com os do século XXI, é possível constatar que houve apenas a inserção de mais bens intermediários (papel e celulose, produtos metalúrgicos, químicos, petróleo e outros) nessa pauta de exportação como mostra a Tabela 9, e que ainda assim estes produtos não ocupam papel de destaque na pauta de exportação. Isso leva a crer que o investimento ainda continua sendo destinado em grande medida para o setor manufatureiro.

A Tabela 9 mostra os produtos exportados pelo Brasil a partir da segunda metade do século XX e início do século XXI. No período em questão a indústria de intermediários já havia sido implantada no estado baiano e estava em operação. Contudo, a participação dos produtos da indústria de intermediários começou a deslanchar no cenário das exportações no fim do século XX e início do século XXI, como pode ser visto na Tabela 9. Pode ser observado também que os produtos da base primária foram diminuindo a sua participação nas exportações ao longo do século XX e início do século XXI.

Tabela 9 – Brasil, exportação (%) por produto (1945-2007)

	Café	Açúcar e álcool	Algodão	Prod. Metalúrgicos	Químicos	Papel e celulose	Mat. Transporte	Máqs. e equip.	Petróleo e comb.	Carnes	Mínérios	Complexo Soja	Calçados e couro	TOTAL
1945	34,9%	0,4%	10,7%	0,7%	0,0%	0,0%	0,0%	1,1%	0,0%	2,1%	0,0%	0,0%	2,6%	53,6%
1946	35,3%	0,4%	18,1%	0,3%	0,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	2,8%	0,4%	0,0%	4,0%	62,0%
1947	36,6%	1,0%	16,2%	0,4%	0,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,8%	0,4%	0,0%	5,1%	61,9%
1948														
1949	57,6%	0,4%	10,8%	0,5%	0,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,9%	1,0%	0,0%	3,5%	76,1%
1950	63,9%	0,2%	8,7%	0,1%	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,9%	0,9%	0,0%	2,4%	77,3%
1951	59,8%	0,2%	13,7%	0,3%	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,5%	1,3%	0,0%	2,2%	78,2%
1952	60,1%	0,4%	13,9%	0,2%	0,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,4%	1,4%	0,1%	1,7%	78,4%
1953	60,4%	0,6%	14,1%	0,1%	0,3%	0,0%	0,1%	0,1%	0,0%	0,2%	1,5%	0,1%	1,1%	78,5%
1954	60,7%	0,8%	14,3%	0,0%	0,3%	0,0%	0,1%	0,1%	0,0%	0,0%	1,6%	0,2%	0,5%	78,5%
1955	59,3%	3,3%	9,2%	0,0%	0,5%	0,0%	0,2%	0,1%	0,0%	0,2%	2,5%	0,4%	0,5%	76,3%
1956	69,5%	0,1%	5,8%	0,0%	0,3%	0,0%	0,1%	0,2%	0,0%	0,3%	2,9%	0,3%	0,4%	80,0%
1957	60,8%	3,3%	3,2%	0,0%	0,3%	0,0%	0,1%	0,3%	0,4%	0,8%	6,1%	0,1%	0,5%	75,8%
1958	55,3%	4,6%	2,0%	0,0%	0,2%	0,0%	0,1%	0,2%	2,3%	1,5%	5,6%	0,3%	0,4%	72,6%
1959	57,2%	3,4%	2,8%	0,0%	0,3%	0,0%	0,2%	0,2%	2,3%	2,7%	5,7%	0,4%	0,9%	76,0%
1960	56,2%	4,9%	3,6%	0,0%	0,3%	0,0%	0,2%	0,5%	1,1%	0,8%	6,6%	0,0%	0,7%	74,7%
1961	50,6%	4,9%	7,9%	0,0%	0,5%	0,0%	0,8%	0,3%	1,7%	1,4%	6,6%	0,0%	0,4%	74,9%
1962	52,9%	3,3%	9,2%	0,0%	0,2%	0,0%	1,0%	0,5%	0,6%	1,2%	8,1%	0,0%	0,7%	77,4%
1963	53,2%	5,4%	8,1%	0,0%	0,2%	0,0%	0,8%	0,7%	0,7%	0,7%	7,0%	0,0%	0,2%	77,0%
1964	53,1%	2,3%	7,8%	1,2%	0,9%	0,2%	0,6%	1,1%	0,2%	1,6%	7,2%	0,2%	0,8%	77,3%
1965	45,2%	3,6%	6,6%	3,0%	0,9%	0,4%	0,5%	1,3%	0,0%	1,7%	8,6%	0,9%	1,5%	74,3%
1966	44,7%	4,6%	7,1%	1,4%	1,2%	0,2%	0,3%	1,6%	0,0%	1,2%	7,7%	1,5%	1,8%	73,2%
1967	43,4%	5,1%	5,9%	3,1%	1,4%	0,1%	0,6%	2,1%	0,1%	0,7%	7,5%	2,4%	1,6%	73,9%
1968	41,8%	5,6%	7,3%	9,2%	1,4%	0,1%	0,2%	2,0%	0,0%	1,7%	7,3%	1,3%	1,3%	79,3%
1969	35,9%	5,3%	9,0%	8,7%	1,4%	0,2%	0,3%	2,3%	0,1%	2,5%	7,7%	2,2%	2,0%	77,7%
1970	34,9%	4,9%	6,3%	9,4%	1,3%	0,3%	0,6%	3,0%	0,6%	3,0%	9,6%	2,5%	1,8%	78,3%
1971	27,5%	5,6%	5,5%	2,3%	1,7%	0,7%	0,9%	3,6%	0,8%	4,0%	10,0%	3,5%	2,3%	68,5%
1972	25,3%	10,5%	6,0%	2,7%	1,7%	0,9%	1,9%	3,5%	1,0%	5,0%	6,9%	7,2%	3,3%	75,8%
1973	20,5%	9,6%	5,1%	2,3%	1,7%	1,0%	1,5%	3,4%	1,3%	3,3%	6,4%	15,2%	2,8%	74,2%
1974	11,4%	17,4%	2,8%	2,8%	2,6%	1,1%	2,4%	5,7%	1,4%	1,0%	8,1%	11,2%	2,5%	70,2%
1975	10,4%	13,3%	2,5%	3,0%	2,0%	0,9%	3,7%	6,6%	2,3%	0,8%	11,8%	15,0%	3,1%	75,4%
1976	22,0%	3,5%	1,3%	2,9%	1,6%	0,7%	3,8%	5,7%	2,5%	1,0%	10,7%	17,6%	3,1%	76,3%
1977	19,5%	4,3%	1,9%	3,0%	1,7%	0,7%	4,2%	7,3%	1,8%	1,1%	8,0%	17,7%	2,7%	73,7%
1978	16,1%	3,1%	1,9%	4,9%	2,2%	1,2%	6,6%	8,6%	1,5%	1,0%	8,7%	12,0%	3,6%	71,5%
1979	13,1%	2,8%	1,8%	6,6%	2,9%	2,1%	7,2%	8,7%	1,5%	1,0%	9,1%	10,8%	3,9%	71,5%
1980	12,9%	6,9%	1,5%	5,9%	3,1%	2,7%	7,5%	9,2%	2,0%	1,4%	8,6%	11,2%	2,9%	75,9%
1981	7,0%	5,0%	1,5%	12,7%	4,3%	2,6%	8,9%	9,1%	5,1%	2,4%	8,5%	13,7%	3,9%	84,5%
1982	9,6%	3,0%	1,6%	14,4%	4,3%	2,4%	8,5%	8,0%	7,2%	2,7%	9,9%	10,5%	4,1%	86,1%
1983	9,9%	2,6%	2,4%	10,0%	5,4%	2,4%	6,6%	7,1%	5,3%	2,3%	7,7%	11,7%	5,2%	78,7%
1984	10,0%	2,4%	1,8%	10,9%	6,6%	2,8%	5,0%	7,4%	6,8%	2,0%	6,6%	9,5%	5,0%	76,0%
1985	9,7%	1,7%	1,5%	11,3%	5,9%	2,2%	6,6%	8,5%	6,4%	2,2%	7,0%	9,0%	4,8%	76,8%
1986	9,5%	2,1%	1,2%	12,5%	5,7%	3,1%	7,0%	10,1%	3,2%	1,9%	7,8%	10,4%	5,7%	80,2%
1987	8,1%	1,5%	2,1%	11,8%	5,8%	3,0%	10,6%	9,6%	3,6%	1,8%	6,6%	10,3%	5,5%	80,3%
1988	6,3%	1,3%	1,1%	17,5%	6,7%	4,0%	9,0%	9,7%	2,7%	2,0%	6,1%	9,1%	5,0%	80,5%
1989	4,8%	1,2%	0,3%	18,4%	6,3%	3,8%	8,9%	11,1%	2,5%	1,4%	7,1%	10,4%	4,6%	80,8%
1990	3,8%	1,9%	0,2%	17,2%	6,5%	3,9%	7,3%	11,2%	2,2%	1,5%	6,5%	9,0%	4,8%	78,0%
1991	4,7%	1,6%	0,3%	19,2%	6,6%	4,0%	7,0%	11,4%	1,4%	2,0%	9,1%	6,4%	5,0%	78,6%
1992	2,9%	2,0%	0,4%	17,5%	6,4%	4,1%	9,6%	11,2%	1,5%	2,4%	7,1%	7,5%	5,3%	77,9%
1993	3,0%	2,5%	0,2%	16,4%	6,7%	4,1%	8,9%	12,0%	1,7%	2,6%	6,4%	8,0%	6,2%	78,6%
1994	5,3%	2,7%	0,2%	14,6%	6,5%	4,2%	8,7%	11,8%	1,8%	2,3%	5,7%	9,5%	4,9%	78,2%
1995	4,5%	4,5%	0,1%	14,8%	7,2%	5,9%	7,2%	11,8%	0,9%	2,1%	5,9%	8,2%	4,6%	77,5%
1996	3,8%	3,7%	0,1%	13,7%	7,3%	4,1%	7,8%	12,1%	0,9%	2,6%	6,1%	9,3%	5,0%	76,5%
1997	5,4%	3,6%	0,1%	12,0%	7,2%	3,8%	10,6%	11,9%	0,6%	2,4%	5,8%	10,7%	4,5%	78,7%
1998	4,8%	4,0%	0,1%	11,2%	7,2%	3,9%	12,6%	11,8%	0,7%	2,4%	6,8%	9,1%	4,2%	78,9%
1999	4,9%	4,3%	0,1%	11,1%	7,2%	4,5%	11,4%	12,0%	0,8%	3,2%	6,1%	7,6%	4,2%	77,6%
2000	3,1%	2,4%	0,1%	11,2%	7,4%	4,7%	14,6%	13,2%	1,6%	2,9%	5,9%	7,5%	4,4%	79,1%
2001	2,3%	4,3%	0,1%	8,1%	6,3%	3,8%	13,9%	12,8%	3,6%	4,4%	5,4%	8,9%	4,5%	79,3%
2002	2,2%	3,9%	0,1%	10,1%	6,4%	3,5%	12,1%	12,2%	4,9%	4,6%	6,3%	9,6%	4,3%	79,4%
2003	1,9%	3,3%	0,1%	10,5%	6,6%	3,9%	11,2%	12,1%	5,2%	5,0%	5,0%	10,9%	3,8%	79,6%
2004	2,0%	3,4%	0,1%	11,1%	6,2%	3,1%	13,6%	11,6%	4,6%	5,8%	5,4%	10,2%	3,5%	80,5%
2005	2,3%	4,1%	0,1%	11,1%	6,3%	2,9%	12,9%	12,9%	6,0%	6,1%	6,8%	7,8%	3,0%	82,2%
2006	2,3%	5,6%	0,1%	11,1%	6,6%	3,0%	11,7%	12,6%	7,7%	5,3%	7,1%	6,5%	2,9%	82,4%
jul07	2,2%	4,3%	0,1%	11,3%	7,1%	3,1%	11,0%	11,3%	7,5%	5,9%	7,6%	7,4%	2,9%	81,9%

Fonte: Anuários Estatísticos do Brasil, (1945...). Comércio Exterior do Brasil (1954/63). Anuário Estatístico (1964). Intercâmbio Comercial (1965/76). Anuário Estatístico do Brasil (1977). Banco do Brasil S/A (1978/88). AliceWeb (1989/ julho/2007).

Em relação à Tabela 9 é possível ver que os produtos que não são agrários começam a ter porcentagem acima de 10%, basicamente nos últimos 20 anos do século XX e os primeiros anos do século XXI.

Os Quadros 4 e 5 apresentam respectivamente os produtos e os destinos das exportações dos produtos baianos de meados do século XIX as primeiras décadas do século XX.

Quadro 4 - Principais Produtos de Exportação da Bahia (1897-1923)

cacau	cocos e coquilhos
fumo	areias minerais
açúcar	madeiras
café	charutos e cigarros
couros e peles	pedras preciosas
piaçava	borracha

Fonte: Anuário Estatístico de (1923).

Quadro 5 - Principais destinos das exportações baianas (1897-1923)

Paraíba	Hamburgo	Bremen
Rio Grande do Norte	Valparaiso	Trieste
Pará	New York	Amsterdan
Ceará	Boston	Rotterdam
Pernmbuco	Philadelphia	Napoles
Alagoas	Londres	Genova
Rio de janiero	Liverpool	Lisboa
São Paulo	Marselha	Antuerpia
Paraná	Bordeaux	Vigo
Rio Grande so Sul	Cristiania	Cadiz
Maranhão	Copenhagem	Estados Unidos
Buenos Ayres	Havre	Reino Unido
Montivideo	Stockolmo	

Fonte: Anuário Estatístico de (1923).

É possível notar que os produtos que fazem parte das exportações da Bahia (Quadro 4), são um pouco diferentes das exportações do Brasil (Tabela 9), isso pode ocorrer devido aos destinos (Quadro 5), a Bahia não se relaciona apenas com os países estrangeiros, como também com o comércio interno, entre Estados. Esse comércio entre estados no país pode ter beneficiado o estado baiano em sua balança comercial.

Analisando os dados apresentados pelo Instituto de Estudos para o desenvolvimento Industrial (IEDI) tem-se que ainda hoje os produtos manufaturados correspondem a mais da metade dos produtos comercializados mundialmente (precisamente 67%) e isso coloca a tona que os produtos manufaturados possuem importância para todo o comércio internacional, entretanto não possui valor. Os países mais desenvolvidos brigam para ocupar os cinco primeiros lugares do ranking dos exportadores (pois exportam

tecnologia) e consecutivamente são importadores dessas manufaturas que se encontram e preços sempre atrativos.

Ainda analisando as duas questões comerciais (importação e exportação) o total de bens exportados e importados, pelo Brasil têm se mantido estável. Isso pode vir a refletir na degradação da competitividade da indústria brasileira no cenário internacional e doméstico, que têm se repetido ao manter a dependência comercial principalmente dos produtos primários ocasionando o desestímulo a indústria.

Essas informações ressaltam que ainda os produtos primários têm uma forte tendência para as exportações brasileiras, e que a mesma continua significativa na Balança Comercial Nacional. Contudo, o que torna esta questão delicada é saber quais são os produtos que estão sendo exportados para fora do país e quais deles são sendo exportados para dentro do país, porque é justamente essa questão que vai fazer a diferença, sendo para fora vai gerar saldos em moeda estrangeira, ou seja, poupança. No caso da exportação acontecer para dentro do próprio país essa reserva não vai ser possível.

Como retrata Strassburg, Souza e Eberhardt (2013) o crescimento econômico possui um sentido restrito, tendo por objetivo o aumento da capacidade produtiva de uma determinada economia. É mensurado, principalmente pelo Produto Interno Bruto (PIB) total e per capita; pelo crescimento da poupança, do investimento; pelo grau tecnológico e pela criação de empregos. Ainda em Strassburg, Souza e Eberhardt (2013) o desenvolvimento econômico se traduz em melhoria na qualidade de vida, redução da população pobre e da população miserável, com melhorias nos indicadores sociais e ambientais. Assim, a busca pelo crescimento econômico torna-se inatingível.

É possível notar que, no que diz respeito à industrialização como forma de desenvolvimento o estado da Bahia ainda está um pouco distante de alcançar este patamar, uma vez que, o nível de investimento empregado na indústria está longe de torna-la competitiva frente ao mercado internacional.

Apesar da indústria de transformação ter sido instalada no estado baiano em meados do século XX, e a atividade começar a ter uma participação cada

vez maior nas exportações do Brasil como pode ser visto na Tabela 9, esta indústria de transformação na Bahia ainda precisaria crescer e se desenvolver como pode ser visto na Tabela 10, que mostra os dados da taxa de crescimento das principais atividades econômicas desenvolvidas na Bahia, Nordeste e no Brasil e analisando essa tabela é possível ver que o crescimento da atividade agropecuária está em destaque, mesmo o país tendo uma taxa de crescimento negativa nesse setor. E partindo para avaliar a atividade da indústria de transformação a Bahia teve um desaquecimento superior ao desaquecimento do país. Contudo a atividade do comércio começa a deslanchar.

Tabela 10 - Taxa de crescimento das principais atividades econômicas Bahia, Nordeste e Brasil: 1988

Atividade	Bahia (%)	Nordeste(%)	Brasil (%)
Agropecuária	23,3	14,5	-1,9
Indústria de Transformação	-2,7	-2,8	-1,5
Comércio	14,4	7,2	5,4
PIB	5,9	3,1	-0,1

Fonte: SEI/ IBGE: SEI, Série de Estudos e Pesquisas, p.72.

Se a análise for para a ótica do produto, a Tabela 10 mostra dados onde a condição da Bahia é muito favorável tanto em se tratando da região, quanto em se tratando do país, pois, a Bahia teve um crescimento positivo em se tratando do que foi produzido pela região contudo, o que torna isso um fator preocupante é o fato desse PIB ter ser elevado por ventura da atividade Agropecuária, sinalizando que o setor industrial ainda necessita de investimentos.

CONCLUSÃO

A partir da diversificação econômica é que vão surgir novas atividades que irão proporcionar a expansão do nível de renda e emprego. Essa expansão em conjunto com as exportações é que vão proporcionar à base da economia baiana.

A renda que vai ser gerada e lançada a economia devido a diversidade produtiva irá ocasionar a possibilidade do aparecimento de novos investimentos, principalmente no que tange a infraestrutura, podendo ocasionar o desenvolvimento regional.

Ao passo que o processo de industrialização pesada se inicia, e que a *posteriori* se acelera, a base das exportações tende a se modificar, passando de produtos primários no caso da Bahia, para bens acabados. Assim, os bens primários deveriam deixar de ocupar a maior parcela na participação na pauta de exportação.

Entretanto, a indústria não consegue superar o produto gerado pela atividade agroexportadora, mantendo o setor agrário como atividade principal do estado, e o maior colaborador para formação de poupança interna.

Com a implantação do “complexo industrial” na Bahia havia a expectativa em relação ao surgimento de outras indústrias acessórias bem como, atividades econômicas suplementares, visando atrair ainda mais investimento e tecnologia para o estado baiano, contudo isso não aconteceu.

Enquanto a base exportadora não for capaz de dinamizar as atividades da região, então ela não se constituirá como o motor do crescimento regional. Isso principalmente quando a base de exportação ainda for a agroexportadora, uma vez que, a mesma não é capaz de acumular o capital necessário para gerar o desenvolvimento esperado.

Sendo a Bahia ainda carente em sua base produtiva neste caso, deficiente no que diz respeito aos fatores de produção essenciais a industrialização moderna: capital e mão de obra especializada em sua essência. A relativa falta desses fatores contribui para baixos níveis de renda

per capita e, com frequência, dificulta que o local em desenvolvimento possa realizar economia de escala.

Muito diferente dos locais desenvolvidos onde é visto no contexto local, um histórico muito amplo do controle governamental na economia, incluindo restrições ao comércio internacional, propriedade ou controle governamental de empresas industriais de grande porte, e até mesmo o controle direto de transações financeiras internas e um alto nível de consumo do governo como parte do PIB. Somados a isso um histórico de inflação e empréstimos sucessórios a fim de controlar a economia local.

Em meio a esse cenário fica difícil progredir a um nível de desenvolvimento ensejado para a Bahia, são muitas variáveis adversas. Sem contar a dependência do mercado externo, fator este que deixa a economia regional muito vulnerável a qualquer risco de eventual crise.

A atividade primária exportadora não permite que haja uma cadeia produtiva extensa dos bens ali produzidos, não sendo capaz de incorporar o valor agregado necessário ao produto final, isso devido ao fato dessa cadeia produtiva ser pequena e não conseguir agregar muito valor ao produto final. Consecutivamente, a renda derivada desta cadeia produtiva irá ser mais concentrada, poucas pessoas irão participar da mesma.

O crescimento econômico pode decorrer do aumento da capacidade produtividade e da diversificação da produção, contudo, os bens que estão sendo produzidos ainda não estão agregando em sua esfera produtiva, o valor necessário, ou seja, sua cadeia produtiva ainda é mínima e ainda não se encontra organizada a um maior grau de especialização.

Salienta-se que nem todo crescimento econômico vem a ser benéfico à economia local, pois pode estar ocorrendo por transferência de excedentes, países ou local (a exemplo disto, tem-se o caso açúcar colonial que a renda gerada no Brasil, era remetida para Portugal, ou até mesmo, pode-se citar o caso do cacau, no início do século XX, onde a renda auferida pela atividade exercida na Bahia era direcionada para fins a escolha do governo federal), a renda acaba por ser apropriada apenas por um grupo direcionado, não sendo distribuída, assim concentrada.

Ocorreram muitos fatos que impediram que o desenvolvimento econômico chegasse à Bahia, o primeiro deles foi a limitação do mercado interno pelo baixo nível de renda da população e a falta de uma classe média que priorizasse a formação de empreendedores. A Bahia sujeitou-se ao capital mercantil nostálgico de uma economia açucareira e controlada por uma elite política retrógrada. O segundo pode ser apontado pela falta de capital e mão de obra qualificada para o desenvolvimento de projetos que visem uma industrialização que requeira mais tecnologia. E por fim, entender que o crescimento econômico é necessário mais não é o suficiente para que cheguemos ao desenvolvimento.

As expectativas em relação ao desenvolvimento da Bahia não foram atendidas em relação ao século XIX, uma vez que a maior parte desse século a balança comercial baiana apresentou *défit* no produto do estado como pode ser visto na Tabela 3, que apresenta os dados a respeito das importações e exportações baianas. Já o século XX, inicia-se tendo saldos positivos na balança comercial baiana como pode ser visto na Tabela 5, porém, apesar dos saldos se apresentarem positivos, ou seja, as exportações terem superado as importações, durante o período apresentado, o mesmo não foi o suficiente para gerar a poupança com a finalidade de trazer os benefícios necessário para o Estado da Bahia.

Apesar de a indústria ter sido implantada a partir da segunda metade do século XX, esse período termina com um saldo deficitário na balança comercial como pode ser visto na Tabela 11, que apresenta os dados de importação e exportação para os últimos anos do século XX.

Com a finalidade de avaliar que realmente traria o benefício do desenvolvimento de um dado local é necessário que se recorra a questões macroeconômicas para melhor resolução do problema, nesse caso a formação bruta de capital fixo, que vai servir para indicar se a capacidade de produção do país está crescendo e de certo modo a possibilidade novos investimentos.

A macroeconomia ensina que o Produto Interno Bruto – PIB, de um país equivale ao que chamamos oferta agregada ou oferta global, que é dada pela seguinte expressão:

$$OA = PIL_{cf} + D + (X - M)$$

No caso em que o saldo do Balanço de Pagamentos (BP) de um país seja positivo na identidade apresentada e a Oferta Agregada (OA) que é o Produto Interno Bruto (PIB) crescerá, ocasionando o oposto se o Balanço de Pagamentos (BP) for negativo.

Observe-se que a formação bruta de capital fixo (FBKf), de um país que são os investimentos, tem como fonte de financiamento a poupança e o saldo positivo nas Transações Correntes com o resto do mundo. Se este saldo for negativo o crescimento dependerá de financiamentos externos.

Trazendo então essa questão da formação de capital bruta para o caso Bahia, é possível notar que os saldos positivos gerados nas transações correntes do estado ainda não foram capazes de gerar uma poupança satisfatória para trazer o desenvolvimento industrial esperado para o estado. Somados a esse fator a questão da falta de políticas públicas é outra questão que deixa a desejar.

A Tabela 11 apresenta os dados do comércio exterior da Bahia nos últimos anos do século XX, onde esses últimos anos apresentam saldos positivos, entretanto, ainda não é o suficiente para gerar uma poupança que se torne investimento.

Tabela 11 – Comércio Exterior Bahia, 1998 – 2000 (US\$ milhões)

Discriminação	1998	1999	2000
Exportações	1829	1581	1943
Importações	1500	1467	2256
Saldos	329	114	-313

Fonte: Promo – BA para publicações SEI: Bahia em números – adaptada pela autora (2001).

Portanto, as transações correntes com o resto do mundo possuem significativa importância na formação do Produto Interno Bruto (PIB), o que é um dos indicadores mais importantes da macroeconomia e tem como objetivo principal de mensurar a atividade econômica de uma região.

Observe-se que esta é uma consideração quantitativa visto que, o *superávit* quando obtido por oligopólio de origem tanto estrangeira quanto nacional não necessariamente são reinvestidos no país de origem podendo ser vazados na economia nacional mediante a remessa de lucros para o exterior.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, P. Notas Sobre o Enigma Baiano. **Planejamento - Revista da CPE**, v.4, out./dez. 1977.

ALBAN, Marcus. O novo enigma baiano, a questão urbana-regional e a alternativa de uma nova capital. In: ENCONTROS NACIONAIS DA ANPUR, 11., 2013. **Anais...** 2013.

_____. A Industrialização Baiana e o Amazon: dos bens intermediários aos bens finais. **Bahia Análise & Dados**, Salvador: SEI, v.12, n.2, jun. 2003.

ALEXANDRE, José Alberto Afonso. **Teoria da Localização de Krugman**. Apresentação e Críticas. Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos2/comercio-e-desenvolvimento/comercio-e-desenvolvimento.shtml>> Acesso em: 1 jul. 2014.

ALMEIDA, Rômulo Almeida de. **Desenvolvimento Regional e Industrialização**. Salvador: Federação de Indústrias do Estado da Bahia – FIEB, 2013.

BARBOSA, Eduardo. **Exportações estaduais e crescimento econômico no Brasil: 1996 a 2005**. 2007. Dissertação (Mestrado)-Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, 2007. Disponível em: <<http://repositorio.pucrs.br:8080/dspace/handle/10923/2603>>. Acesso em: 1 jul. 2014.

AZEVEDO, J. Lúcio de. **Épocas de Portugal Econômico: esboços de história**. 3. ed. Rio de Janeiro: Clássica, 1973.

BAER, Werner. **A economia brasileira**. Tradução Edite Sciulli. São Paulo: Nobel, 1996.

BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). **Cinquenta Anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

CARVALHO NETO, José Francisco de. A consolidação institucional do planejamento na Bahia. **Bahia Análise & Dados**, 2002.

CARVALHO, Otamar de. **A Economia política do Nordeste: secas irrigação e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA). **Relatório PIB Agro Brasil ; GDP Agribusinis – Brzil outlook, 2013**. Disponível em: <<http://cepea.esalq.usp.br/pib/>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

COSTA NETO, Pedro Leão da. **Forças produtivas, progresso e Expansão Colonial em Marx e Engels (1845 – 1853)**. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/cemarx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT4/gt4m4c4.PDF>>. Acesso em: 3 out. 2014.

COELHO, André Luiz Cardoso. **A ‘velha’ Geografia Econômica da Nova Geografia Econômica:** Losch frente aos demais antecedentes da modelagem. Disponível em:

<<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/viewFile/2743/1990>>

Acesso em: 8 nov. 2014.

CORAZZA, Gentil. O " regionalismo aberto" da CEPAL e a inserção da América Latina na globalização. **Ensaio FEE**, v. 27, n. 1, 2006.

FIGUEIREDO, F. As Transformações do Pós-Guerra e o Pensamento Econômico da Cepal. **Revista de Economia Política**, Campinas, v. 10, n. 4, p. 138-150, out./dez. 1990.

GUERRA, O. ; TEXEIRA, F. 50 Anos de Industrialização Baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. **Bahia Análise & Dados**, Salvador: SEI, v.10, n.1, p. 87-98, jun. 2000.

GONÇALVES, Reginaldo... [et al] **A Nova Economia Internacional**. Rio de Janeiro: Campos, 1998.

GONÇALVES, Reinaldo. A teoria do comércio internacional: uma resenha. **Economia Ensaio**, v. 12, n. 1, p. 3-20, 1997, p. 10.

GONÇALVES, Reinaldo. **Economia Política Internacional**. Rio de Janeiro: Editora Campos, 2005;

GUIMARÃES, Edson P. **Evolução das teorias de comercio internacional**. Disponível em:

<http://www.ie.ufrj.br/ecex/arquivos/evolucao_das_teorias_de_comercio_internacional.pdf> Acesso em: 1 jul. 2014.

HELPMAN, Ethan; KRUGMAN, Paul R. **Estrutura de mercado e comércio exterior:** retornos crescentes, competição imperfeita e economia internacional. Hong Kong: MIT Press, 1985.

HIRSCHMAN, A. O. Transmissão inter-regional e internacional do crescimento econômico. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.). **Economia regional:** textos escolhidos. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977. p.35-52.

HUNT, E. K.; LAUTZENHEISER, Mark. **História do pensamento econômico**. tradução de : André Arruda Villela. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (IEDI). **O Brasil e o ranking internacional de exportações e importações de manufaturados**. Disponível em:

<http://www.iedi.org.br/artigos/top/analise/analise_iedi_20141028_comercio_exterior.html>. Acesso em: 29 out 2014.

_____. **Carta IEDI n. 650:** as exportações cadentes da indústria. 2014. Disponível em: <http://www.iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_650.html>. Acesso em: 12 dez. 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA (IPEA). **Inserção no comércio Internacional do Brasil, da Índia e da China (BIC):** notas acerca do comércio exterior e da política comercial. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/100528_insercaonocomecio.pdf>. Acesso em: 3 out. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA E GEOGRAFIA (IBGE). **Síntese do panorama da economia brasileira.** Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Regionais/2010/comentarios.pdf> Acesso em: 7 out. 2014.

KRUGMAN, Paul R.; OBSTFELD, Maurice. **Economia internacional:** teoria e política. 5. Ed. São Paulo: Person Makron Books, 2001.

LACERDA, Antônio Corrêa et al. **Economia brasileira.** 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

LACERDA, F.C.C.; PESSOTI, G.C. e JESUS, A. de. Transformações estruturais, (des)concentração espacial e inserção internacional: uma análise para a economia baiana com base na teoria da base produtiva. **Revista Nexos Econômicos**, Salvador, V. 7, n.1, p. 141 – 177, jan. /jun. 2013.

LINS, A.; LIMA, J. P. R.; GATTO, M. F. Uma Aplicação da Teoria da Base Exportadora ao Caso Nordeste. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 43, n. 1, p. 10-31, jan./mar. 2012.

DE QUEIRÓS MATTOSO, Kátia M. **Bahia, século XIX:** uma província no Império. São Paulo: Nova Fronteira, 1992.

MARIANI, C. Análise do problema econômico baiano. **Planejamento - Revista da CPE**, v.4, out./dez. 1977.

MARX, Karl. **Contribuição a crítica da economia política:** tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MAURO, Frédéric. **História econômica mundial:** 1790-1970. Tradução de PENNA, Lincoln. 2. ed. São Paulo: Zahar Editores, 1976.

MENEZES, V. Evolução e alternativas de inserção industrial: uma proposta para a Bahia. In: CORECON. **Reflexões de economistas baianos.** Salvador, 2000.

MOREIRA, R. O. **Nordeste brasileiro:** uma política regional de industrialização. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

MOREIRA, Uallace: A teoria do Comercio Internacional. **Revista de Economia Política**, v. 32, n. 2, p. 213-228, abr.-jun. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v32n2/v32n2a04.pdf>> Acesso em: 29 set. 2014.

MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Saga, 1972.

NAKABASHI, Luciano; ESTEVES Luis; CRUZ, Marcio José Vargas da . **Uma análise dos setores exportadores das economias brasileira e paranaense**. Disponível em: <<http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/revista/13%20Capa/Luciano%20Nakabashi%20-%20Luis%20Esteves%20-%20Marcio%20Jose%20Vargas%20da%20Cruz.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2014.

NORTH, D. Teoria da localização e crescimento econômico regional. In: SCWARTZMAN, J. **Economia regional**. Textos escolhidos. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977. p. 291-314.

OLIVEIRA, Ivan T. Machado: Livre Comércio versus Protecionismo: uma análise das principais teorias do comercio internacional. **Revista Urutúgua – revista acadêmica multidisciplinar (DCS/ UEM)**, n.11, dez./ jan./ fev./ mar., 2007.

OLIVEIRA, Milton Marques; NOBREGA, Adalmair Mendes e MEDEIROS, Messias Rodrigo. Desenvolvimento Econômico Regional Segundo a Teoria da Base de Exportação. **Revista Tocantinense de Geografia, Araguaína – TO**. Ano 1, n.1, p.51 – 65, jul.– dez. 2012.

OLIVEIRA, Nilton Marques de Oliveira; NOBREGA, Adalmário Mendes Nóbrega e MEDEIROS, Messias Rodrigues. Desenvolvimento Econômico Regional Segundo a Teoria da Base de Exportação. **Revista Tocantinense de Geografia, Araguaína (TO)**, Ano 01, n.1, p. 51- 65, jul.-dez. 2012.

PASSOS, Carlos R. Martins; NOGAMI, Otto. **Princípios de economia**. 5. ed. rev. São Paulo: Cengage Laerning, 2010.

PEDRÃO, Fernando Cardoso. **Raízes do capitalismo**. Disponível em: <<http://www.fernandopedrao.com.br/>>. Acesso em: 5 maio 2014.

PESSOTI, Gustavo Casseb. Uma leitura da economia baiana pela ótica do PIB – 1975/ 2005. **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE**, Salvador, BA ano 8, n.14, jul. 2006.

PESSOTI, G. C.; PESSOTI, B. C. Uma análise da política de atração de investimentos industriais da Bahia com especial referência ao recôncavo baiano no período 2000 a 2004. **Revista Desenhahia**, Salvador, v. 5, n. 9, p. 89-116, set. 2008.

PIB da Bahia: **30 Anos em Análise**. Salvador: SEI, 2006. (Série de Estudos e Pesquisas, 72).

PORTER, Michael E. **A vantagem competitiva das nações**. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

PLÁ, Juan A. **Economia Internacional (um texto introdutório)**. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/decon/publionline/textosdidaticos/Textodid09.pdf>>. Acesso em: 1 jul. 2014.

PUGA, Fernando. A especialização do Brasil no mapa das exportações mundiais. **Revista BNDES, Visão do Desenvolvimento**, n.36, set 2007. Disponível em: <http://www.bndespar.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/visao/visao_36.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2014.

RECEITA FEDERAL. **Relatórios da balança Comercial**. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Historico/Aduana/Balanca/2012/default.ht>>. Acesso em 12 nov. 2014.

REIS, Eustáquio; CARVALHO, Gabriela. **Memória Estatística do Brasil na biblioteca do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro**. 2015. Disponível em: <<http://www.memoria.org.br>>. Acesso em: 25 jul. 2016.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de Economia do Século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**. Disponível em: O%20ESPAÇO%20DIVIDIDO%20-%20MILTON%20SANTOS.pdf. Disponível em: <<http://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/Autores/Smith,%20Adam/A%20Riqueza%20das%20Na%C3%A7%C3%B5es,%20Investiga%C3%A7%C3%A3o%20Sobre%20Sua%20Natureza%20e%20Suas%20>>. Acesso em: 1 jul. 2014.

SCHWARTZMAN, J. **O desenvolvimento da teoria da base de exportação como uma teoria do desenvolvimento regional**. 1973. Tese (Doutorado). Belo Horizonte, 1973.

SMITH, A. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Nova Cultural, 1982.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1963.

SOUZA, Nali de Jesus de. Conceito e aplicação da teoria da base econômica. **Revista Perspectiva Econômica, da UNISINOS**, São Leopoldo, RS, v. 10, n. 25, p.117-130, mar. 1980.

SPINOLA, Noelio Dantaslé. **A trilha perdida: caminhos e descaminhos do desenvolvimento baiano no século XX**. Salvador: UNIFACS, 2009.

SPINOLA, Noelio Dantaslé. **Política de Localização Industrial e Desenvolvimento Regional: a experiência da Bahia**. Salvador: Universidade Salvador – Unifacs/Departamento de Ciências Sociais Aplicadas II / Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano, 2003.

SPINOLA, N. D.; ARAÚJO, L. C. de; PEDRÃO, F. C. **30 anos da indústria, comércio e turismo na Bahia 1966/1996**. Salvador: SICM-Ba:IPA-UNIFACS, 1997.

SPINOLA, N.; PEDRÃO, F. C.; ZACARIAS, J. R. **A indústria no estado da Bahia: uma proposta de política industrial**. Salvador: SIC-Ba, 1983.

STRASSBURG, Udo; SOUZA, Rogério Cardoso de e EBERHARDT, Paulo Henrique de Cezaro. Indicadores socioeconômicos dos países integrantes do BRICS - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 6., Rio Grande do Sul, 2003. **Anais...** 2003. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/8022996-Indicadores-socioeconomicos-dos-paises-integrantes-do-brics-brasil-russia-india-china-e-africa-do-sul.html>>. Acesso em: 4 out. 2014.

SUPERINTENDENCIA DE ESTUDOS ECONOMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI). **Boletim de comercio exterior da Bahia**, set. 2014. Disponível em : <http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=609&Itemid=306>. Acesso em: 4 out. 2014.

SUPERINTENDENCIA DE ESTUDOS ECONOMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI). **PIB Municipal Bahia: 2010–2011**. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/pib/pdf/municipal/boletim_tecnico/boletim_PIB_municipal_2011.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2014.

TAVARES, Luiz Henrique Dias. A Economia da Província da Bahia na Segunda Metade do Século XIX. **Universitas**, v.29, p.31-40, jan./abr. 1982.

TEIXEIRA, F.; GUERRA, O. 50 anos da industrialização baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. **Bahia Análise & Dados**, Salvador: SEI, v.10, p. 87-98, jul. 2000.

VIEIRA, Cilane da Rosa; ALBERT, Carla Estefania ; BAGOLIN, Izete Pengo. **Crescimento e Desenvolvimento Econômico do Brasil: uma análise comparativa da desigualdade de renda per capita dos níveis educacionais**. 2007. Dissertação. (Mestrado)- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Rio Grande do Sul, 2007. Disponível em: <www.pucrs.br> Acesso em: 12 ago. 2014.